

REVISTA DO BNDE

69rd
Jan. / Jun. 1978

25 ANOS DE BNDE: AVALIAÇÃO

ESTE EXEMPLAR
NÃO PODE SER EMPRESTADO.
SE DESEJAR, PEÇA CÓPIA DO ARTIGO

REVISTA DO BNDE

AV. RIO BRANCO, 53 — RIO DE JANEIRO — RJ — BRASIL

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELA DECISÃO N.º 226/63, DE 30 DE OUTUBRO DE 1963, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BNDE, COM A FINALIDADE DE DIVULGAR AS "ATIVIDADES DO BANCO, NATUREZA E QUALIDADE TÉCNICA DOS TRABALHOS QUE REALIZA E ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS IMPORTANTES".

EDITADA PELA *ÁREA DE REPRESENTAÇÃO*
GERÊNCIA DE INFORMAÇÃO PÚBLICA — GERIN

COMPOSIÇÃO, FOTOLITO, MONTAGEM E IMPRESSÃO
GRAFICA RIEK EDITORA S. A.

AS OPINIÕES EXPRESSAS EM
ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE
RESPONSABILIDADE DE SEUS
AUTORES E NÃO REPRESENTAM,
NECESSARIAMENTE, O
PENSAMENTO DO BNDE.

5556001-6

BNDE

29 OUT 1981

BIBLIOTECA

APRESENTAÇÃO

Por ocasião do 25.º ano de existência do BNDE, considerou-se oportuna uma avaliação de seu desempenho que servisse para orientar a ação futura, a partir da melhor compreensão da experiência passada.

Embora pudesse parecer ocioso um esforço desta natureza, dado o evidente impacto da atuação do Banco no processo brasileiro de desenvolvimento, julgou-se imprescindível mobilizar personalidades alheias à sua administração executiva, para um amplo debate sobre os principais aspectos relativos à presença do BNDE no cenário econômico nacional, a fim de extrair subsídios ao delineamento dos rumos desta Instituição.

Tal exame crítico foi efetuado através de um seminário realizado em 17 de agosto de 1977, reunindo empresários, economistas, elementos da Escola Superior de Guerra e editores de economia dos principais veículos de comunicação. Trabalhando inicialmente em grupos, os participantes discutiram e responderam a um roteiro com quesitos referentes ao documento-base, "25 ANOS DE BNDE: AVALIAÇÃO", preparado pelo BNDE e distribuído com antecedência. Posteriormente, em sessão plenária, debateram-se as posições assumidas pelos grupos em relação a cada quesito. Participaram do seminário:

GRUPO I

- HÉLIO MARCOS PENNA BELTRÃO
- JORGE GERDAU JOHANNPETER
- ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES
- HAMILTON CARVALHO TOLOSA
- RUBENS VAZ DA COSTA
- MAURO KNIJNIK

GRUPO II

- MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES
- CLÁUDIO BARDELLA
- ERNANE GALVÊAS
- DIONÍSIO DIAS CARNEIRO
- CELSO MING AZEVEDO
- HOYEDO DE GOUVÊA LINS

GRUPO III

- PAULO DIEDERICHSEN VILLARES
- RÔMULO ALMEIDA
- HINDEMBURGO PEREIRA DINIZ
- CARLOS ANTÔNIO ROCCA
- ABÍLIO DOS SANTOS
- ROBERTO MÜLLER FILHO
- LAURO SODRÉ NETTO
- ISMAR CARDONA

N 1

EX. 2

BANCO DE DESENVOLVIMENTO

GRUPO IV

- MARCÍLIO MARQUES MOREIRA
- JOSÉ EPHIM MINDLIN
- AFFONSO CELSO PASTORE
- MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
- ROBERTO APPY
- CARLOS ALBERTO OLIVEIRA
- SEBASTIÃO MARQUES VITAL

GRUPO V

- CARLOS MARIANI BITTENCOURT
- CARLOS ALBERTO MOURA PEREIRA DA SILVA
- J. MURILLO VALLE MENDES
- JOSÉ PELÚCIO FERREIRA
- CARLOS GERALDO LANGONI
- FLÁVIO PINHEIRO
- LUIZ ANTÔNIO FAYET

A importância e o sucesso do seminário justificam a publicação, neste número da REVISTA DO BNDE, do documento "25 ANOS DE BNDE: AVALIAÇÃO" e do "RELATÓRIO CONCLUSIVO", baseado nos trabalhos elaborados pelos grupos e no registro dos debates em plenário.

SUMÁRIO

25 ANOS DE BNDE: AVALIAÇÃO	Página
1 - Panorama da Economia Brasileira antes do BNDE	7
1.1 - Panorama	7
1.2 - A criação do BNDE	10
2 - O BNDE e a Evolução Econômica do País	13
2.1 - As sucessivas prioridades do BNDE	13
2.2 - Atuação por setores - A formação do empresariado nacional	20
2.2.1 - Ação em prol das pequenas e médias empresas	24
2.3 - Ação regional	26
2.4 - Atitude desenvolvimentista do BNDE	28
3 - Saldo da Atuação do BNDE	59
4 - Estudo de Casos	59
5 - Relatório Conclusivo	65

**PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA
ANTES DO BNDE**

1 - PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA ANTES DA CRIAÇÃO DO BNDE

1.1 - Panorama

A avaliação do papel desempenhado pelo BNDE torna-se mais elucidativa ao recordarmos o ambiente econômico à época de sua criação. Sem pretender efetuar uma análise exaustiva, propõe-se o presente documento a descrever sumariamente o cenário no início da década de 50, abordando, também, alguns antecedentes indispensáveis à plena percepção das mudanças ocorridas na trajetória da industrialização brasileira.

Problemas oriundos do setor externo, abalando o equilíbrio do modelo primário exportador, lançaram as sementes dos surtos de industrialização, nos primórdios deste século, e robusteceram a atividade manufatureira então incipiente. Estando o País acomodado, em termos sociais, econômicos e políticos, ao modelo primário exportador, somente traumas de origem externa criavam chances de empresas nacionais produzirem bens manufaturados, pois a demanda interna desses bens era suprida por importações.

A Primeira Guerra Mundial ofereceu oportunidade a um relevante avanço industrial, na medida em que os fluxos do comércio internacional se obstruíram. Defrontando-se com um mercado interno subitamente carente de produtos importados, o setor industrial se expandiu intensivamente, verificando-se um incremento no valor de sua produção, entre 1914 e 1919, de 212%. Surgiram, no período, 5.936 novos estabelecimentos industriais, número respeitável quando se constata que o censo de 1920 indica a existência de 13.336 estabelecimentos industriais.

Os segmentos de maior crescimento são os tradicionais, destacando-se têxtil e alimentar, enquanto os ramos mais pesados apenas despontavam. A estrutura industrial prevalecente em 1920 pode ser vista no Quadro I.

Terminada a guerra e desobstruídos os canais de comércio internacional, as importações voltaram a ser acessíveis ao consumidor interno, competindo vantajosamente com os produtos nacionais, mais caros e de qualidade inferior. Preocupados exclusivamente em promover o retorno ao esquema anterior à guerra, os grupos tradicionais não se empenharam pela industrialização, induzindo o governo a concentrar no café as suas atenções, nada oferecendo à indústria, em termos de incentivos, subsídios e proteção. Em consequência, alguns ramos sofreram retrocesso nos anos 20, principalmente o têxtil e, inclusive, o alimentar.

Atingindo originalmente os Estados Unidos e Europa Ocidental, a depressão dos anos 30, introduziu novo alento à industrialização brasileira, via comércio exterior. Com a queda da atividade econômica de nossos principais importadores, a demanda pelas exportações brasileiras caiu drasticamente, comprimindo, assim, a capacidade para importar. No curto período compreendido entre 1929 e 1932, as exportações brasileiras foram reduzidas de US\$ 445,9 milhões para US\$ 180,6 milhões, e as importações de US\$ 416,6 milhões para US\$ 108,1 milhões. Representando o café 71% das exportações, apressou-se o governo em garantir a renda do setor, comprando os excedentes não colocados.

Com as possibilidades de importar reduzidas e a demanda interna sustentada, através da manutenção da renda cafeeira, nova conjugação de fatores favoreceu o desenvolvimento industrial. Apesar de ainda insuficiente para ameaçar a predominância têxtil e

alimentar, este surto atingiu sensivelmente alguns segmentos não tradicionais, como cimento, ferro gusa, bens de capital e produtos químicos e farmacêuticos.

A Segunda Guerra Mundial contribuiu para consolidar os avanços anteriores, testemunhando o início de uma fase que perdurou no pós-guerra, em que a estrutura econômica e, particularmente, a industrial, passou a sofrer mudanças profundas. Pela primeira vez a industrialização assume destaque prioritário na política governamental, deixando de ser mero efeito, não perseguido, de crises externas.

A preservação do modelo primário exportador deixou de constituir a espinha dorsal da política econômica do País, surgindo a ênfase em amparar o crescimento do setor industrial. Desaparelhado para implementar essa nova política de desenvolvimento, o governo necessitou de instrumentos adequados, surgindo, entre eles, o BNDE.

Observando-se a estrutura industrial do Brasil, à época da criação do BNDE, verifica-se que os ramos tradicionais continuam predominando (na proporção de 70%), embora os demais tenham aumentado sua posição relativa, em confronto com os dados de 1920 (Quadro I). Mais da metade do valor da produção industrial provinha das unidades têxteis e alimentares, aparecendo bem mais abaixo, mas já despontando em 3.º e 4.º lugares, química e metalurgia.

Portanto, com um setor secundário representando aproximadamente 26% da renda (ver Quadro II) e voltado preponderantemente à produção de bens de consumo não duráveis, o Brasil encontrava-se, no começo dos anos 50, frente a um árduo esforço de ampliação e amadurecimento industrial. A efetiva modernização da socie-

dade brasileira dependia da implantação da indústria de base, mas seus movimentos iniciais eram condicionados pelas oportunidades de mercado interno, indicadas pela composição das importações industriais. A substituição das importações de bens de consumo duráveis seria o ponto de partida da nova fase de expansão do setor secundário.

Emoldurando esse panorama, dois fatores devem ser destacados. Um deles é a carência de infra-estrutura, sufocando o ímpeto industrial, principalmente pela escassez de energia elétrica e transporte. A insuficiência energética atingiu um ponto crítico no início dos anos 50, tolhendo a produção industrial. O sistema de transporte ferroviário e rodoviário, além de escasso, era estruturalmente impróprio para atender à industrialização voltada ao mercado interno, pois fora moldado com base na exportação de produtos primários.

QUADRO I
DISTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL — BRASIL

	%		
Ramos da indústria de transformação	1920	1949	1974
Metalurgia	4,3	7,7	14,3
Mecânica	2,0	1,6	9,6
Material elétrico e de comunicações	-	1,4	5,9
Material de transporte	-	2,3	7,0
Química e farmacêutica	6,0	8,7	13,1
Minerais não metálicos	4,7	4,6	5,5
Papel e cartolina	1,5	2,0	3,7
Borracha	0,2	1,6	1,8
Madeira	5,8	3,4	3,2
Têxtil	28,6	19,0	7,8
Vestuário, calçado etc.	8,6	4,4	3,1
Produtos alimentícios	22,2	32,5	10,2
Bebidas	5,9	3,2	1,9
Fumo	3,9	1,4	1,1
Editorial e gráfica	-	2,9	3,2
Mobiliário	2,0	1,7	1,9
Couros e peles	2,4	1,5	0,5
Diversos	1,9	-	6,2

Fontes: Censos Industriais, Anuários de Produção Industrial.

QUADRO II
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA INTERNA — BRASIL

	%		
Setor	1949	1959	1975
Primário	24,9	19,2	10,5
Secundário	26,0	32,6	39,4
Terciário	49,1	48,2	50,1

Fonte: FGV

O sistema de navegação estava envelhecido, com os portos requerendo modernização. Em decorrência da inibida capacidade arrecadadora do Estado, os projetos de infraestrutura recaíram, em grande parte, nas firmas estrangeiras que, evidentemente, condicionavam suas decisões a critérios que não conduziam a uma farta e adequada disponibilidade em infra-estrutura. Assim, o Brasil chegou à década de 50 com nítidas deficiências nesse campo.

Outro fator é a quase ausência de empresários brasileiros de porte e de comportamento moderno. Mesmo alguns dos estabelecimentos maiores eram individuais ou familiares. Frequentemente fazendeiros de café transformavam-se em industriais, mantendo, em geral, hábitos conservadores de gerência. A massa do empresariado privado nacional condicionava seus investimentos industriais ao reduzido porte de sua capitalização e à dimensão do sistema financeiro

nacional, voltado à oferta de recursos para formação de capital fixo. Restringia-se, preponderantemente, a pequenos e médios empreendimentos. Portanto, havia um hiato entre a capacitação financeira e gerencial da classe empresarial brasileira e o vulto do esforço a ser dispendido.

1.2 - A criação do BNDE

A criação do BNDE correspondeu a uma necessidade histórica, nascida no próprio âmago da evolução econômica do País.

Quando a mola propulsora do crescimento passou a ser a substituição de importações, o País sentiu necessidade de expandir sua infra-estrutura a um ritmo harmônico com suas aspirações desenvolvimentistas e, principalmente, de criar empresas nacionais aptas a formar um parque industrial genuinamente brasileiro. Porém, neste momento, constatou-se que:

- a) os mecanismos tributários disponíveis eram insuficientes para suprir o governo dos recursos necessários ao cumprimento de seu papel no setor de infra-estrutura;
- b) o empresário nacional, em sua maioria desprovido de capacidade de investir, também carecia de fonte adequada a lhe proporcionar antecipação de poupança, no volume e condições requeridos, dada a inexistência de um sistema financeiro apropriado a essa função.

O Governo federal, pela Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951, resolveu lançar um empréstimo compulsório sobre pessoas físicas e jurídicas que, sob a forma de adicional ao Imposto de Renda, constituiria o que se chamou de Fundo do Reparelhamento Econômico. Esta medida objetivava mobilizar recursos em moeda nacional, con-

forme sugerido em estudo da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, visando, principalmente, financiar os projetos recomendados de recuperação e ampliação dos sistemas nacionais de transportes e de geração de energia, além de armazenamento, frigoríficos e matadouros, indústria de base e agricultura.

Posteriormente, em 20 de junho de 1952, pela Lei 1.628, foi criado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, como agente para todas as operações financeiras que se relacionassem com o programa de reaparelhamento econômico.

A decisão de criar o BNDE não foi ocasional; resultou da conjugação de dois fatores:

- um é representado pelo panorama nacional anteriormente descrito, de forma sumária;
- o outro foi o aprimoramento do arcabouço teórico sobre desenvolvimento econômico, manifestado após a Segunda Guerra Mundial.

Este avanço teórico proporcionou aos países não-industrializados um conjunto de instrumentos de política econômica suficientemente capaz de conferir maior racionalidade e vigor à luta pelo desenvolvimento. Conceitos simples foram consagrados internacionalmente, gerando iniciativas práticas por parte dos povos que se dispuseram a enfrentar e superar a sua inferioridade econômica e social.

Uma dessas iniciativas foi a de constituir organismos financeiros destinados a captar e fornecer os recursos indispensáveis à ampliação da capacidade de produzir bens e serviços: os bancos de desenvolvimento.

Em sua fase inicial, o BNDE atuou como pólo formulador da política nacional de desenvolvimento econômico, constituindo o embrião do Ministério do Planejamento.

O BNDE E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

2 - O BNDE E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

2.1 - As Sucessivas Prioridades do BNDE

A evolução dinâmica da política de financiamento do BNDE reflete as necessidades do País e o próprio amadurecimento da economia. No início, a partir de 1952, apoiou os grandes projetos destinados a superar os principais pontos de estrangulamento da economia, localizados na incipiente infra-estrutura. Nos três primeiros anos, transporte e energia elétrica praticamente monopolizaram as aplicações, representando, ainda em 1959, metade dos financiamentos totais.

A carência de energia era tal, na década de 50, que o racionamento passou a ser rotina, bloqueando a atividade produtiva. Como gestor do Fundo Federal de Eletrificação - FFE, o Banco se dedicou ao problema, viabilizando os projetos de energia elétrica executados a partir de então, tanto através de financiamento como pela prestação de aval a empréstimos no exterior, tornando-se o principal responsável pelo salto na capacidade instalada verificado até 1962. Mesmo após o surgimento da Eletrobrás, o BNDE continuou atuando, embora sob outro enfoque.

Outro grande óbice à expansão econômica nacional era a carente produção de aço. Em face desse obstáculo, o Banco atribuiu prioridade à siderurgia, financiando empreendimentos indispensáveis ao desenvolvimento. Já em 1954 os primeiros projetos são aprovados, assumindo o BNDE um papel relevante na implantação da siderurgia.

A partir de 1964, ante a crescente complexidade da economia nacional, o BNDE diversificou sua ação, visando oferecer todo o suporte possível à empresa privada nacional, tendo em vista o aproveitamento das

oportunidades surgidas em decorrência de: a) fortalecimento da estrutura econômica, derivado dos investimentos em infra-estrutura e indústrias básicas; b) incremento de mercado interno.

A indústria de transformação passa, então, a ser mais privilegiada e, paulatinamente, assume maior participação no total das aplicações. Ademais, os ramos de bens de capital e insumos básicos figuram como os de presença preponderante entre as operações efetuadas nos últimos anos. A ação voltada para a empresa privada foi aprofundada até os segmentos mais íntimos da estrutura produtiva, contemplando as pequenas e médias empresas, a partir de 1965. O destaque à privatização foi acentuado ainda mais nos últimos quatro anos, através do aperfeiçoamento e expansão da modalidade operacional destinada a fortalecer a capitalização das empresas, mediante a participação acionária.

Assim, a partir de meados dos anos 60, inúmeros mecanismos foram concebidos, com a finalidade de implementar essa diversificação operacional; Fipeme, Funtec, Finame, FMRI, repasses a Bancos de Investimento e de Desenvolvimento, criação das subsidiárias (EMBRAMEC, FIBASE e IBRASA), teto de 20% para correção monetária (1975/76), Procap etc. Um dos produtos desta diversificação é a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos S. A.), hoje instituição autônoma, originária de uma unidade localizada no Banco.

No que se refere às prioridades atualmente obedecidas, o Banco se posicionou claramente ante o desafio maior enfrentado pelo País no momento, a vulnerabilidade do processo de industrialização brasileiro, decorrente da insuficiente produção de insumos básicos e de bens de capital - itens que vinham progressivamente onerando, desde o início dos anos 70, a pauta de importações.

Já em seu Primeiro Plano Quinquenal de Ação, preparado em 1973, o BNDE atribuiu

buía ênfase a esses dois tipos de bens e, posteriormente, com a criação da FIBASE e da EMBRAMEC e através do Programa Especial da FINAME, tornou ainda mais flexível e pragmático o seu apoio. Por fim, em 1976, ao reajustar seu Plano de Ação para o triênio seguinte, sintetizou suas prioridades nos seguintes objetivos essenciais: incremento da produção interna de matérias-primas e de máquinas e equipamentos, em conjugação com o fortalecimento da empresa privada nacional.

O BNDE passou a adotar como objetivo prioritário o fortalecimento da empresa pri-

vada nacional, ao constatar que o fator dimensão, ou seja, "economia de escala" é determinante do grau de competitividade das indústrias em grande número de setores, e que, em decorrência, o forte esforço de capitalização requerido para a implantação de projetos de grande porte era elemento inibidor do setor privado, favorecendo a crescente participação das empresas pública e estrangeira. Como resultado dessa política, em 1976, 81% dos recursos aplicados pelo Banco foram canalizados para o setor privado (Quadro III).

QUADRO III

EVOLUÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA DO SISTEMA BNDE, APROVADA EM BENEFÍCIO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO - 1952/1976

ANOS	VALOR DA COLABORAÇÃO APROVADA		
	(Cr\$ mil correntes)		
	Setor público (1)	Setor privado (2)	TOTAL
1952	1.181		1.181
1953	1.323	163	1.486
1954	2.709	289	2.998
1955	2.000	593	2.593
1956	6.410	313	6.723
1957	6.854	1.847	8.701
1958	10.676	1.647	12.323
1959	7.135	3.681	10.816
1960	13.683	1.230	14.913
1961	23.048	2.425	25.473
1962	25.042	1.154	26.196
1963	39.766	3.956	43.722
1964	97.600	6.041	103.641
1965	239.920	116.109	356.029
1966	308.819	222.435	531.254
1967	493.262	259.425	752.687
1968	453.970	536.419	990.389
1969	541.346	807.449	1.348.795
1970	645.752	1.218.808	1.864.560
1971	1.095.554	2.122.036	3.217.590
1972	1.062.625	3.807.325	4.869.950
1973	1.814.247	5.693.831	7.503.078
1974	6.815.388	13.525.450	20.340.838
1975	8.555.905	29.187.177	37.743.082
1976	13.306.600	56.953.000	70.259.600

(1) Inclui órgãos da administração pública direta e indireta, bem assim empresas com participação majoritária do Governo (indústria siderúrgica, de petróleo e outras, serviços de transportes, energia elétrica, armazenagem etc).

(2) Inclui os totais das operações diretas e de repasses a agentes oficiais e privados dos diversos programas do BNDE, bem como o valor global das operações das subsidiárias.

Espelhando as metas assumidas pelo Banco e a importância, quantitativa e qualitativa, de sua participação no desenvolvimento brasileiro, a colaboração financeira prestada evoluiu da seguinte forma nos últimos quatro anos: o valor das operações aprovadas (a preços correntes) quase triplicou, de 1973 a 1974, mantendo elevada taxa de crescimento nos períodos seguintes; em 1976, Cr\$ 52,2 bilhões foram aprovados, contra Cr\$ 32,9 bilhões em 1975, revelando um incremento nominal de 58,6%. FINAME, FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA, por sua vez, aprovaram operações no valor de Cr\$ 31,0 bilhões, expressivo aumento de 310% em relação a 1975, quando o total atingiu Cr\$ 9,6 bilhões. Mesmo quando medido a preços constantes, o comportamento do Sistema BNDE (*) denota dinamismo. (Quadro IV, V e VI).

Por outro lado, desde o início de suas atividades, a prestação de aval a empréstimos no exterior tem sido usada como instrumento de atuação, propiciando a canalização de recursos externos a projetos prioritários de transporte ferroviário, portos e navegação, energia elétrica, transporte aéreo, siderurgia, metalurgia, bens de capital, petroquímica, ensino e pesquisa, mecânica, química, celulose e papel, cimento, telecomunicações, indústria alimentar, abastecimento, artefatos de borracha, têxtil, pesquisas minerais, mineração e outras atividades (Quadro VII).

Hoje, verificando-se o aumento da posição relativa do setor secundário na renda nacional e o alargamento dos segmentos industriais não tradicionais, em relação ao produto do setor, pode-se afirmar que tal

situação está indissoluvelmente ligada à ação do Sistema BNDE. A comparação da estrutura industrial de 1949 com a de 1974 permite constatar que a participação percentual dos ramos dinâmicos dobrou, enquanto os tradicionais, embora tenham crescido em termos absolutos, baixaram sua posição relativa a um nível equivalente à metade do verificado no início do período em foco. Na maioria desses segmentos dinâmicos o BNDE atuou maciçamente.

(*) Sistema BNDE - conceito que engloba o Banco, FINAME, EMBRAMEC, FIBASE e IBRASA.

QUADRO IV
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES APROVADAS PELO SISTEMA BNDE.
SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1952/1976

VALOR DAS OPERAÇÕES APROVADAS (em Cr\$ mil correntes)													
Anos	Transportes	Serviços de Utilidade Pública		Subtotal A	Indústrias de Transformação		Subtotal B	Outras Atividades(3)		Total BNDE (A + B + C)	FINAME (4)	EMBRAMEC FIBASE IBRASA	TOTAL GERAL
		Energia Elétrica	Outros (1)		Siderurgia	Outros (2)		C					
1952	1.181	-	-	1.181	-	-	-	-	-	1.181	-	-	1.181
1953	857	372	-	1.229	-	-	230	230	27	1.486	-	-	1.486
1954	2.310	408	-	2.718	25	208	233	233	47	2.998	-	-	2.998
1955	1.017	1.334	-	2.351	24	172	196	196	46	2.593	-	-	2.593
1956	4.883	661	-	5.544	44	846	890	890	289	6.723	-	-	6.723
1957	1.630	4.649	-	6.279	590	1.554	2.144	2.144	278	8.701	-	-	8.701
1958	-	5.549	-	5.549	4.039	2.385	6.424	6.424	350	12.323	-	-	12.323
1959	1.926	3.584	-	5.510	709	4.454	5.163	5.163	143	10.816	-	-	10.816
1960	646	1.367	-	2.013	11.040	1.805	12.845	12.845	55	14.913	-	-	14.913
1961	222	15.524	-	15.746	5.471	3.485	8.956	8.956	771	25.473	-	-	25.473
1962	-	6.097	-	6.097	16.077	2.916	18.993	18.993	1.106	26.196	-	-	26.196
1963	600	2.116	-	2.716	35.391	4.830	40.221	40.221	785	43.722	-	-	43.722
1964	-	21.109	-	21.109	74.240	7.564	81.804	81.804	728	103.641	-	-	103.641
1965	150	3.927	-	4.077	243.317	53.921	297.238	297.238	13.036	314.351	41.678	-	356.029
1966	-	64.297	-	64.297	242.150	142.341	384.491	384.491	8.847	457.635	73.619	-	531.254
1967	1.944	183.700	-	185.644	272.954	131.223	404.177	404.177	51.013	640.834	111.853	-	752.687
1968	208.288	88.384	56.000	352.672	57.038	276.081	333.119	333.119	81.057	766.848	223.541	-	990.389
1969	219.485	40.735	125.500	385.720	137.000	472.832	609.831	609.831	107.653	1.103.205	245.590	-	1.348.795
1970	335.350	24.680	86.240	446.270	146.026	759.362	905.388	905.388	151.224	1.502.882	361.678	-	1.864.560
1971	219.400	93.405	102.300	415.105	422.500	1.209.860	1.632.360	1.632.360	408.542	2.456.007	761.583	-	3.217.590
1972	677.160	169.600	13.600	860.560	373.200	2.151.209	2.524.409	2.524.409	325.510	3.710.479	1.159.471	-	4.869.950
1973	457.080	135.000	150.100	742.180	776.100	3.289.571	4.065.671	4.065.671	779.796	5.537.647	1.970.431	-	7.508.078
1974	2.617.211	391.331	278.804	3.287.346	3.284.437	9.184.784	12.469.221	12.469.221	1.108.737	16.884.905	3.455.933	-	20.340.838
1975	1.441.433	508.957	1.484.011	3.434.401	7.203.507	16.751.220	23.954.727	23.954.727	765.508	28.154.636	8.518.744	1.069.702	37.743.082
1976	392.738	-	1.081.406	1.474.144	5.490.136	30.302.569	35.792.705	35.792.705	1.963.106	39.229.955	26.243.872	4.785.773	70.259.600

1) Telecomunicações, Infra-Estrutura de Parques Industriais e Abastecimento de Gás.

2) Exclusivo Indústrias de Alimentação.

3) Abrange Mineração e Pesquisa Mineralógica, Agropecuária, Indústria de Alimentação, Abastecimento, Ensino e Pesquisas Técnico-Científicas e Outras Atividades.

4) Valor global das operações aprovadas através da FINAME.

QUADRO V
COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA PELO SISTEMA BNDE
NO PERÍODO 1973/1976

Cr\$ mil correntes

	1973	1974	1975	1976
1. INSUMOS BÁSICOS	1.833.979	7 571.564	13.717.840	23.615.936
1.10 - Mineração	16.104	318.249	143.455	489.394
1.20 - Siderurgia	776.100	3.284.437	7.203.507	5.490.136
1.30 - Metalurgia de Não-Ferrosos	137.800	-	459.169	2.740.806
1.40 - Química e Petroquímica	737.283	1.181.139	3.209.115	7.034.979
1.50 - Fertilizantes	-	772.655	208.170	1.131.263
1.60 - Celulose e Papel	40.000	1.551.982	1.108.976	3.142.010
1.70 - Cimento	126.692	463.102	595.829	3.187.428
1.80 - FIBASE	-	-	789.619	399.920
2. EQUIPAMENTOS BÁSICOS	367.833	716.553	6.737.498	12.326.231
2.10 - Bens de Capital e Componentes	367.833	716.553	3.208.498	1.996.480
2.20 - Repasses à FINAME	-	-	3.060.000	9.500.000
2.30 - EMBRAMEC	-	-	469.000	829.751
3. OUTROS PROGRAMAS	3.335.835	8.596.788	12.467.422	14.814.819
3.10 - Operações com Agentes	922.947	2.347.982	5.666.007	6.541.205
3.11 - Pequenas e Média Empresas	922.947	1.892.982	4.715.880	4.380.125
3.12 - Fomento Regional	-	455.000	563.377	681.983
3.13 - Fortalecimento dos Agentes	-	-	386.750	281.000
3.14 - Financiamento a Acionis- tas (Res. 497/76)	-	-	-	1.198.097
3.20 - Modernização de Empresas	766.446	1.621.090	1.398.354	1.451.679
3.30 - Infra-Estrutura	742.180	3.287.346	3.434.401	1.474.144
3.31 - Ferrovias	227.600	2.204.424	420.706	280.666
3.32 - Rodovias	229.480	363.186	220.727	112.072
3.33 - Outros Setores de Infra- Estrutura	285.100	719.736	2.792.968	1.081.406
3.40 - Desenvolvimento Tecnológico ..	268.489	93.166	288.009	135.577
3.50 - IBRASA	-	-	449.505	797.360
3.60 - Capitalização de Empresas	-	-	-	2.451.748
3.90 - Outros Projetos	635.773	1.247.204	1.231.146	1.963.106
Resolução 498/76	-	-	-	1.500.000
TOTAL BNDE	5.537.647	16.884.905	32.922.760	52.256.986
MENOS: REPASSES ÀS SUBSIDIÁRIAS	-	-	4.768.124	13.027.031
BNDE AJUSTADO	5.537.647	16.884.905	28.154.636	39.229.955
NAS APROVAÇÕES DAS SUBSI- DIÁRIAS	1.970.431	3.929.833	9.608.608	31.029.645
FINAME	1.970.431	3.455.933	8.518.700	26.243.872
FIBASE	-	376.000	358.088	2.525.335
EMBRAMEC	-	7.650	307.744	1.427.973
IBRASA	-	90.250	424.076	832.465
TOTAL DO SISTEMA	7.508.078	20.814.738	37.763.244	70.259.600
TOTAL DO SISTEMA EM CR\$ DE 1976	17.955.000	37.976.000	54.016.000	70.259.600

QUADRO VI
DESEMBOLSOS EFETIVADOS PELO SISTEMA BNDE
NO PERÍODO 1973/1976

Cr\$ mil correntes

	1973	1974	1975	1976
1. INSUMOS BÁSICOS	1.129.681	3.558.952	8.702.670	9.396.701
1.10 - Mineração	29.818	52.277	127.307	197.034
1.20 - Siderurgia	659.100	2.346.305	4.213.155	3.294.430
1.30 - Metalurgia de Não-Ferrosos	-	41.498	150.937	281.428
1.40 - Química e Petroquímica	237.438	579.214	1.587.895	2.893.589
1.50 - Fertilizantes	13.400	55.229	478.675	518.626
1.60 - Celulose e Papel	81.000	28.881	713.432	1.498.492
1.70 - Cimento	108.925	285.619	951.269	215.191
1.80 - FIBASE	-	169.929	480.000	497.911
2. EQUIPAMENTOS BÁSICOS	637.926	1.344.687	3.828.961	10.788.201
2.10 - Bens de Capital e Componentes	237.923	394.967	719.975	1.832.340
2.20 - Repasses à FINAME	400.000	750.000	3.060.000	8.450.000
2.30 - EMBRAMEC	-	199.920	46.986	505.861
3. OUTROS PROGRAMAS	2.730.925	5.671.218	8.483.818	10.308.208
3.10 - Operações com Agentes	719.785	1.710.306	2.777.351	4.374.009
3.11 - Pequena e Média Empre-				
sas	719.785	1.687.787	2.647.371	3.438.218
3.12 - Fomento Regional	-	22.519	129.980	382.416
3.13 - Fortalecimento dos Agen-				
tes	-	-	-	553.375
3.14 - Financiamento a Acionis-				
tas (Res. 497/70)	-	-	-	-
3.20 - Modernização de Empresas	647.280	1.132.811	1.503.363	1.073.754
3.30 - Infra-Estrutura	805.683	1.262.355	2.471.024	2.273.217
3.31 - Ferrovias	322.700	619.047	615.748	585.131
3.32 - Rodovias	235.941	221.852	293.815	272.025
3.33 - Outros setores de Infra-Es-				
trutura	247.242	421.456	1.561.461	1.416.061
3.40 - Desenvolvimento Tecnológico ..	94.855	174.105	201.887	163.117
3.50 - IBRASA	-	199.380	449.060	798.098
3.60 - Capitalização de Empresas	-	-	-	483.924
3.90 - Outros Projetos	463.322	1.192.261	1.081.113	1.142.089
Resolução 498/76	-	-	-	-
BNDE	4.498.529	10.575.057	21.013.449	30.493.110
MENOS REPASSES ÀS SUBSI-				
DIÁRIAS	400.000	1.319.229	4.036.066	10.251.870
BNDE AJUSTADO	4.098.529	9.255.828	16.977.383	20.241.240
MAIS APLICAÇÕES DAS SUBSI-				
DIÁRIAS	1.269.089	1.954.029	5.480.248	12.464.779
FINAME	1.269.089	1.869.978	4.363.541	10.424.100
FIBASE	-	25.918	588.451	889.641
EMBRAMEC	-	4.414	145.433	553.237
IBRASA	-	53.719	362.823	617.801
TOTAL DO SISTEMA	5.367.618	11.209.857	22.437.631	32.726.019
TOTAL DO SISTEMA EM CR\$				
DE 1976	12.462.084	20.224.450	31.698.187	32.726.019

QUADRO VII

BND — VALOR DAS OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE AVAL — 1952/76

equivalência em US\$ mil (1)

SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Anos	Total (A + B + C)	Serviços de Utilidade Pública			Indústrias de Transformação			
		Transportes e Comunicações	Energia Elétrica	Subtotal A	Siderurgia	Outras	Subtotal B	Outras ² Atividades C
1952	-	-	-	-	-	-	-	-
1953	2.178	-	-	-	2.178	-	-	-
1954	7.133	293	6.840	7.133	-	-	-	-
1955	20.672	3.907	13.537	17.444	-	3.228	3.228	-
1956	48.954	19.543	22.548	42.091	-	2.734	2.734	4.129
1957	89.865	22.063	39.077	61.140	6.470	16.682	23.152	5.573
1958	209.933	39.897	2.255	42.152	155.797	10.829	166.626	1.205
1959	163.011	1.922	23.924	25.846	124.849	11.781	136.630	535
1960	50.169	33.925	4.535	38.460	3.871	6.751	10.622	1.087
1961	62.836	-	34.167	34.167	28.370	299	28.669	-
1962	67.533	43.846	3.293	47.139	-	20.333	20.333	61
1963	10.755	-	4.307	4.307	4.427	2.000	6.427	21
1964	2.481	-	2.077	2.077	-	322	322	82
1965	55.423	12.693	2.394	15.087	39.061	709	39.770	566
1966	44.268	26.608	2.228	28.836	2.200	13.232	15.432	-
1967	44.442	38.428	1.614	40.042	989	3.008	3.997	403
1968	89.666	82.715	-	82.715	2.000	4.759	6.759	192
1969	111.821	20.518	994	21.512	81.460	7.931	89.391	918
1970	93.200	72.520	310	72.830	3.687	15.746	19.433	937
1971	98.831	23.680	1.056	24.736	39.590	32.313	71.903	2.192
1972	92.043	62.856	7.575	70.431	11.478	10.134	21.612	-
1973	65.156	-	-	-	17.428	41.810	59.238	5.918
1974	354.522	154.742	-	154.742	23.589	174.373	197.962	1.818
1975	430.983	57.105	101.125	158.230	49.093	222.085	271.178	1.575
1976	575.438	-	109.580	109.580	71.700	393.867	465.567	291

1 Operações de prestação de aval em nome próprio e em nome do Tesouro Nacional.

2 Inclui mineração, agropecuária, indústria de alimentação, abastecimento, ensino, pesquisas e outras atividades

2.2 - Atuação por Setores - A Formação do Empresariado Nacional

A história dos últimos 25 anos de desenvolvimento brasileiro confunde-se com o relato do empenho manifestado pelo BNDE, como instrumento do governo, em promover a implantação de setores produtivos quase ou inteiramente inexistentes, além do já remoto envolvimento em transporte e energia. Por intermédio do Sistema BNDE, foram preenchidos espaços vazios na economia nacional, formando-se e mantendo-se sob controle interno empresas em setores de estratégica importância para o desenvolvimento.

No desempenho deste papel, o Banco não se limitou a apoiar empreendimentos que espontaneamente ingressavam em sua carteira de financiamento; na verdade, assumiu uma postura dinâmica, efetuando estudos promocionais, consubstanciados em garantia de recursos, oferecendo condições favoráveis a quem se dispusesse a ocupar os espaços vazios detectados. Em decorrência dessa política, importantes projetos foram ou estão em vias de ser concretizados, em ramos como aço, equipamentos, papel e celulose, petroquímica, fertilizantes, soda cáustica e cloro, barrilha, cobre, alumínio, estanho, zinco, dióxido de titânio, sal e muitos outros.

Ao estimular esses setores, o Banco influenciou no destino de inúmeras empresas, levando-as a posições de liderança dificilmente atingíveis sem o suporte oferecido. Indústrias que, anos atrás, iniciaram seu relacionamento com o BNDE através dos programas de financiamento exclusivos a pequenas e médias empresas (Fipeme), hoje se encontram entre as maiores do País.

EQUIPAMENTOS

A implantação do setor de equipamentos básicos foi fortemente induzida pelo

BNDE, formando massa crítica em curto espaço de tempo. Se hoje existe alguma presença genuinamente brasileira na indústria de bens de capital, esta se deve em grande parte ao trabalho promocional do Banco, mediante o qual foram estimulados todos os grupos nacionais de porte atuantes no setor.

Além dos financiamentos concedidos aos fabricantes de bens de capital, o BNDE contribuiu decisivamente para consolidar o setor, oferecendo, através da FINAME, crédito à comercialização de equipamentos nacionais. Esta contribuição, aliada aos incentivos destinados a aumentar o índice de nacionalização dos projetos em todos setores, impulsionou a demanda por equipamentos produzidos internamente.

O Sistema BNDE, sobretudo através da FINAME, faz uso de uma série de medidas para estimular seus mutuários a adquirir equipamentos no País: índices mínimos de nacionalização por setor; taxas de juros diferenciadas, segundo procedência do equipamento etc. A FINAME adota, taxas de juros e prazos de financiamento progressivamente mais favoráveis, à medida que cresce o índice de nacionalização dos equipamentos, conteúdo tecnológico, caráter de pioneirismo de sua fabricação e participação de engenharia nacional no projeto. Portanto, além de estimular a demanda por equipamento nacional, procura-se sofisticar o seu conteúdo tecnológico, diminuindo assim uma das justificativas para a importação desses bens.

Ampliando ainda mais o conjunto de incentivos ao desenvolvimento do setor, de 1974 em diante, com a criação da EMBRA-MEC, o BNDE passou a oferecer a participação acionária como meio de fortalecer a capitalização das empresas.

Em seu propósito de contribuir para que as empresas nacionais alcancem posição de liderança no setor, o Sistema BNDE

apóia a capacitação tecnológica e os esforços de aprimorar o controle de qualidade e de profissionalizar o quadro gerencial.

Exemplos típicos de grupos empresariais que, em seu relacionamento com o Banco, ultrapassaram com sucesso suas próprias expectativas de desenvolvimento são: Cofap - Cia. Fabricadora de Peças, Confab Industrial S.A., Cobrasma, Engesa - Engenheiros Especializados S.A., Grupo Villares, Zanini S.A. - Equipamentos Pesados, Bardella e Máquinas Piratininga. Além dessas, pode-se citar a Usimec-Usiminas Mecânica, praticamente concebida no âmbito do Sistema BNDE. Empresas tradicionais como Dedini e Romi figuram entre suas mutuárias. No sub-ramo de material ferroviário, os quatro principais fabricantes receberam aporte do Banco.

O apoio concedido ao setor, no período 1974/76, via financiamento direto do Banco, créditos à comercialização pela FINAME e participação acionária da EMBRAMEC, alcançou a cifra de 54,2 bilhões de cruzeiros (Cr\$ de 1976). De 1975 a 1976, o valor real das operações aprovadas pelo Sistema BNDE, relativos à indústria de bens de capital, aumentou em 74,5%, cabendo à FINAME e à EMBRAMEC a responsabilidade por esse incremento.

SIDERURGIA

A experiência do BNDE no setor de siderurgia pode ser considerada das mais marcantes de sua história e remonta aos anos 50. Desde então, jamais deixou de receber apoio, atingindo, em meados dos anos 60, o auge de importância na vida do Banco; em 1965 obteve 70% dos financiamentos concedidos. Em termos de Sistema BNDE, continua ocupando posição relevante, representando 17,7% do valor das operações aprovadas em 1976 (computadas as operações do Banco no Subprograma Siderurgia e as da FINAME).

Das 15 maiores empresas do setor, somente as estrangeiras não foram financiadas pelo BNDE. Projetos importantes como os da Usiminas e Cosipa, responsáveis por aproximadamente 70% da oferta de aço plano no País, e a Cia. Ferro e Aço de Vitória receberam desde o início o suporte do Banco, que, até certa época, detinha o controle acionário das três siderúrgicas, transferindo-o à Siderbrás, quando de sua criação.

As siderúrgicas privadas tiveram apoio do Banco durante o seu desenvolvimento, e algumas delas, quando iniciaram seus contatos, eram unidades que se enquadravam para financiamento no Programa de Pequenas e Médias Empresas - Fipeme. A ação do Banco não visa somente o aumento da capacidade de produção como também a melhoria da qualidade dos produtos, racionalização dos métodos de produção e organização, obtenção de escala de produção adequada, absorção e desenvolvimento de novas tecnologias.

Como exemplo de empresas financiadas podem ser citadas: Aços Anhanguera, siderúrgicas Barra Mansa, Riograndense, Dedini e J. L. Aliperti, Aços Villares, Imensa-Indústria Metalúrgica N. S. Aparecida, Eletrometal Aços Finos S. A. e, em fase embrionária, o projeto da Siderúrgica Mendes Júnior, destinada a ser a maior usina siderúrgica privada do País.

Além de financiar investimentos, procurou o Banco participar do processo de formulação de uma política de longo prazo para o setor, fornecendo ao Consider recursos não reembolsáveis, para a elaboração do Plano Mestre de Siderurgia.

PAPEL E CELULOSE

O setor de papel e celulose apresentou nos últimos anos significativas mudanças no que diz respeito à expansão da capacidade produtiva. Esse fato deve-se não só ao dinamismo e à capacidade empresarial brasi-

leira nessa área, como também ao apoio proporcionado pelo BNDE, sob a forma de financiamento, aval e participação acionária, objetivando tanto a substituição de importações como a geração de excedentes exportáveis.

A necessidade de suprir as grandes unidades com madeira fez ainda com que o BNDE contribuísse indiretamente para o desenvolvimento do setor de reflorestamento. Hoje o Brasil já possui uma das maiores reservas homogêneas de eucalipto.

A ação do Sistema BNDE, conjugada às condições propícias ao crescimento das florestas e à capacidade empresarial, possibilitará o cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo federal no Programa Nacional de Papel e Celulose.

Atualmente, das 10 maiores empresas do setor, 8 foram ou estão sendo financiadas pelo Banco, sendo as outras duas estrangeiras. Indústrias como Cia. Suzano de Papel e Celulose e Indústrias de Papel Simão S. A. foram, ao longo de todo o seu desenvolvimento, acompanhadas pelo BNDE, e os empreendimentos do Grupo Klabin receberam decisivo aporte. Vale realçar os importantes aperfeiçoamentos tecnológicos proporcionados pelos projetos Suzano, na área de fibra de eucalipto. Com os investimentos já realizados e os projetos em implantação, o País atingirá brevemente a auto-suficiência em celulose de fibra curta. Além disso, grandes empreendimentos destinados à exportação estão sendo financiados, tais como Aracruz Celulose S. A. e Cenibra - Celulose Nipo-Brasileira.

METALURGIA DE NÃO-FERROSOS

No setor de metalurgia de não-ferrosos, onde predominam as multinacionais, o BNDE tem estimulado firmas nacionais a assumirem posições, oferecendo apoio significativo a todas que operam no setor, como, por exemplo: Cia. Brasileira de Alumínio - CBA,

Cia. Mineira de Metais e Cia. Níquel Tocantins.

O Sistema BNDE foi acionado, também, para solucionar o problema da produção de cobre no País, iniciando as providências para a implantação do projeto da Caraíba Metais S. A.

FERTILIZANTES

A atuação recente do BNDE tem se concentrado no financiamento a grandes projetos produtores de fertilizantes, assim como de suas matérias-primas, importadas em grande parte, atendendo a determinação governamental de se caminhar para a auto-suficiência. Este é mais um exemplo típico de setor cujo desenvolvimento se encontra intimamente ligado ao Banco que, no momento, está participando de projetos como Valep, Valefertil e Arafertil; outros fabricantes, como Manah, Copas - Cia. Paulista de Fertilizantes, Serrana de Mineração e Fertisul receberam anteriormente colaboração decisiva. Em seu relacionamento com a Arafertil, propiciou projeto pioneiro de aproveitamento de rocha fosfática de baixo teor de P_2O_5 .

PETROQUÍMICA

O papel desempenhado pelo BNDE na concepção da estratégia de implantação da petroquímica não pode ser avaliado pela simples menção aos financiamentos concedidos. Em estreito contato com a Petrobrás, o Banco participou de todas as fases que conduziram à concretização do Pólo de Camaçari e, agora, do Copesul.

O Pólo Petroquímico de Camaçari é empreendimento de mais alta relevância para o País, seja por estar localizado na Região Nordeste e assim corresponder a mais um esforço para a descentralização regional da indústria, seja por visar à produção de matérias-primas que, atualmente importadas, afetam o déficit de balança comer-

cial. O Pólo deverá estar operando a plena carga até o final desta década, e mobilizará investimentos da ordem de US\$ 2,8 bilhões, gerando aproximadamente 15.000 empregos diretos. Presentemente, as 13 empresas em operação já investiram US\$ 904 milhões e empregam cerca de 6.000 pessoas.

Além das obras em curso e das ampliações que se processam nas unidades em funcionamento, novos grupos têm manifestado interesse de se instalarem na área. Das 37 empresas que atualmente compõem o Pólo Petroquímico de Camaçari, o BNDE já concedeu colaboração a mais de trinta, equivalendo seu financiamento a aproximadamente 60% do investimento total (fora a prestação de aval a créditos externos). Ao financiar a maioria dos empreendimentos integrantes do Pólo, possibilitou a participação do empresariado nacional privado, viabilizando a chamada "lei dos terços" (1/3 empresário nacional privado, 1/3 estatal e 1/3 sócio estrangeiro), que assegura a predominância de capital nacional no controle acionário.

A 8 de julho de 1976, foi constituída a Copesul - Petroquímica do Sul Ltda., resultado da associação entre a Petroquisa (51%) e a FIBASE (49%), com duas finalidades principais:

(1) iniciar o planejamento global do Pólo e orientação às empresas com pretensões de montar unidades petroquímicas de 2.^a geração; e

(2) implantar uma Central de Matérias-Primas e Utilidades, com vistas ao abastecimento integrado das "downstreams".

O investimento global do projeto deverá representar, a preços de julho de 1976, Cr\$ 5,7 bilhões, atendidos no seguinte esquema: Cr\$ 2,2 bilhões do BNDE, Cr\$ 1,3 bilhão em empréstimos externos e Cr\$ 2,3 bilhões da Petroquisa e da FIBASE (esta última com recursos do BNDE).

Ressalte-se a participação da FIBASE na Copesul, em posição "stand-by" e de caráter transitório, devendo ser transferida, a exemplo do modelo de composição acionária da Copene, às usuárias, à medida que elas se constituírem e viabilizarem um esquema de captação de recursos que possibilite a transferência acionária.

OUTROS

Como o objetivo deste capítulo do documento é destacar exemplos que tipifiquem o comportamento do Banco, algumas referências sintéticas são a seguir efetuadas, a título de conclusão.

O perfil da indústria de cimento reflete a longa dedicação do Banco em ajudar a implantação e consolidação do setor. Diversificado conjunto de modalidades operacionais foi dirigido aos fabricantes de cimento, objetivando instalar unidades de maior escala, evitar a desnacionalização do setor, promover o saneamento financeiro, modernizar os processos produtivos e racionalizar a administração das empresas.

No ramo de refratários, o engajamento do BNDE nos empreendimentos da Magnesita, principal empresa do setor, é suficiente para aquilatar o seu papel. O suporte oferecido à Magnesita para a incorporação da Cerâmica São Caetano (segunda em importância) evitou a iminente desnacionalização desta, permitindo, assim, a predominância de grupos nacionais na indústria de refratários.

Figura entre os mais representativos exemplos de ação do Banco seu apoio ao setor de fundição, através do financiamento à Tupy que, ao chegar ao Banco, há vários anos, era uma pequena unidade produtiva e, atualmente, ocupa posição de liderança. A Tupy é, provavelmente, a mais moderna fundição de ferro do País, dedicando grande esforço ao desenvolvimento de tecnologia própria, conforme atesta o seu recém-inau-

gurado Centro de Pesquisas Industriais, no qual investiu cerca de 50 milhões de cruzeiros. Competindo vantajosamente com multinacionais, a Fundação Tupy evoluiu calcada na ampla e contínua assistência financeira do BNDE, que permitiu o crescimento do grupo como um todo.

No ainda jovem setor de computação, o BNDE mais uma vez agiu pioneiramente, engajando-se no projeto Cobra, cuja repercussão sobre o desenvolvimento brasileiro pode ser facilmente avaliada. A Cobra nasceu em 1974, com o objetivo de desenvolver, fabricar e comercializar sistemas de eletrônica digital e equipamentos associados. Sua criação faz parte de uma estratégia para a implantação da indústria nacional de computação, setor praticamente virgem no parque fabril do País. O BNDE esteve presente neste empreendimento quer por meio de participação societária através da Digibrás - Empresa Digital Brasileira S. A., sob seu controle acionário, quer através de financiamentos.

Destinada a se transformar em elemento aglutinador no setor de fabricação de periféricos e de componentes de eletrônica digital no País, a Cobra é uma empresa capacitada a fixar "know-how" nacional numa área inexoravelmente vinculada ao futuro econômico e social do País.

★ ★ ★

Os fatos expostos anteriormente representam amostra do impacto gerado pelo BNDE na implantação de setores inteiros da economia brasileira e na formação de grupos empresariais, sobre os quais recai a responsabilidade de forjar um parque industrial genuinamente nacional. Um exame mais exaustivo incluiria ainda, além dos exemplos na esfera de infra-estrutura, a construção naval, bens de consumo duráveis, indústria alimentar, agroindústria, têxtil, vestuário, transporte aéreo (aval) etc.

2.2.1 - Ação em Prol das Pequenas e Médias Empresas

O BNDE não limitou aos grandes grupos a sua política de fortalecer o empresariado nacional. Operantes mecanismos de fomento à pequena e média empresa vêm sendo aprimorados e ampliados, principalmente a partir de 1965, quando foi criado o Fipeme.

Naquele ano foram regulamentadas as operações com recursos de empréstimo concedido pelo BID, para cuja implementação foi instituído o Grupo Executivo do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa - Fipeme, no âmbito do BNDE, que, objetivando facilitar o acesso desse tipo de empresário aos recursos do Banco, ofertava financiamento também através de repasses a agentes localizados junto à demanda.

Realizando mais de 400 operações, o Fipeme funcionou até 1974, quando foi sucedido pelo Programa de Operações Conjuntas - POC, em decorrência do qual o apoio à pequena e média empresa ganhou nova agilidade. Entre 1974/76 o número de repasses dirigidos às unidades produtivas de menor porte atingiu aproximadamente 3.000. Atuando através de 49 agentes (bancos de investimento e de desenvolvimento), o POC se caracteriza pela simplicidade operacional, cabendo a análise das solicitações, na maioria dos casos, ao próprio agente.

Existem outros programas destinados à pequena e média empresa, alguns exclusivos outros extensíveis. São, em linhas gerais, os seguintes:

- A) **PROGRAMA FINAME** - Essa Agência possui o Programa de Pequena e Média Empresa (antigo Programa Médio Prazo), destinado a financiar a compra e venda de máquinas e

equipamentos nacionais de empresas de menor porte, sob condições operacionais favorecidas.

Em 1976 foram realizadas 7.905 operações específicas, contra 3.445 no ano de 1975, enquanto o valor dos financiamentos expandiu-se de Cr\$ 638,5 milhões para Cr\$ 1.937 milhões, com crescimento nominal de 203,4%, o mais expressivo dentre todos os subprogramas da FINAME.

B) FINAC E PROCAP - Ênfase especial vem atribuindo o BNDE, nos anos recentes, aos mecanismos de capitalização da empresa privada nacional. Em 1976 instituiu o Programa de Financiamento a Acionistas (Finac) e o Programa de Capitalização de Empresas (Procap), utilizando sua rede de agentes financeiros na aplicação desses recursos. Ambos os programas atendem também às pequenas e médias empresas.

C) IBRASA E EMBRAMEC - Do total de 38 empresas das quais a EMBRAMEC participa acionariamente (até 1976), 21, mais da metade, são de médio e pequeno porte, representando aproximadamente Cr\$ 141 milhões, em aplicações da subsidiária;

- Do total de 47 empresas assistidas pela IBRASA (até 1976), representando 70 operações contratadas, 16 são de pequeno e médio porte (quase um terço), parcela correspondente a Cr\$ 113 milhões, aproximadamente.

D) CEBRAE - O Sistema BNDE também atua junto à pequena e média empresa mediante oferta de recursos à assistência técnica. O CEBRAE

- Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, entidade vinculada ao BNDE, realizou inúmeros programas específicos, no período 73/76, tais como:

- 1) **Estudos e Pesquisas:** - conduziu cerca de 144 estudos, entre os quais destacam-se análises setoriais, oportunidades de investimento e diagnósticos globais;
- 2) **Consultoria:** - prestou assistência técnica a cerca de 10.681 empresas de pequeno e médio porte, abrangendo vários gêneros de necessidades;
- 3) **Treinamento Empresarial:** - os programas de treinamento contaram com 96.842 participantes - empresários e técnicos de empresas -, objetivando inteirar-lhes de práticas e procedimentos modernos de gestão;
- 4) **Desenvolvimento de Recursos Humanos** - habilitou mais de 1.952 técnicos e pessoal da área administrativa do próprio Sistema CEBRAE (inclui suas unidades estaduais), do Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento e de órgãos congêneres de governos estaduais.

Assim, estima o CEBRAE ter atingido cerca de 16.549 estabelecimentos, no ano de 1976.

A ação do Sistema BNDE em prol da pequena e média empresa, em 1976, é sintetizada adiante:

PROGRAMAS	N.º DE OPERAÇÕES	COLAB. FINANCEIRA (Cr\$ milhões)
1. FINAME	7.905	1.937
2. POC	1.177(1)	4.797(1)
3. FINAC	254	1.200
4. PROCAP	152	2.450
5. IBRASA	16	113
6. EMBRAMEC	21	141
SUBTOTAL	9.525	10.638
7. CEBRAE	16.549	
TOTAL	26.074	10.638

Foram alcançados, portanto, cerca de 26.074 estabelecimentos, com apoio financeiro no valor de Cr\$ 10.638 milhões.

(1) Inclui operações de pequenas e médias empresas nas linhas de operações projeto e programa.

2.3 - Ação Regional do BNDE

Faz parte do conjunto de preocupações do BNDE a atenuação dos desequilíbrios na distribuição espacial da renda. Neste sentido, o Banco mobilizou os instrumentos de que dispõe para estimular o crescimento econômico das regiões menos desenvolvidas do País.

As maiores taxas geométricas anuais de crescimento do valor das operações aprovadas, entre 1970 e 1976, foram as do Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente, 81% e 70%. Crescendo mais que o total das aplicações, a participação do Nordeste

nas operações aprovadas evoluiu de 14% para 17%, no período citado. Outros exemplos:

- o orçamento de deferimentos do BNDE em 1965 - Cr\$ 4.278 milhões a preços de 1976 - concentrava-se em mais de 51% no Estado de São Paulo e em cerca de 88% nos Estados da Região Sudeste; em 1976, ensejou pouco menos de 29% em São Paulo, enquanto a Região Sudeste representou pouco menos de 51% (Quadro VIII);

- a participação das outras regiões, com exceção da Sudeste, nas aplicações do Sistema BNDE, é tanto mais expressiva quando se constata que em 1976 o nível de aprovações - Cr\$ 70.259 milhões - é cerca de 17 vezes superior, em termos reais, ao prevalecente em 1965;
- a ação financiadora do Sistema BNDE, em 1976, nas Regiões Nordeste e Sul, atingiu, respectivamente, Cr\$ 12.270 milhões e Cr\$ 10.266 milhões, sendo portanto (Quadro IX):

Na Região Nordeste

- i) 261% maior que a totalidade dos recursos Finor, no valor de Cr\$ 3.400 milhões, canalizados para a área em 1976;
- ii) 51% maior que o ICM recolhido na Região, no montante de Cr\$ 8.100 milhões.

Na Região Sul

- i) 46% maior que o IPI recolhido em 1976, Cr\$ 7.020 milhões;
- ii) 69% do ICM recolhido na Região Sul, no valor de Cr\$ 14.865 milhões.

Procedeu a administração do BNDE de forma a criar condições, notadamente nos últimos anos, para o surgimento de mecanismos e instrumentos de diferenciação regional, nos seus programas de repasse. Citam-se, entre as principais diferenciações estabelecidas, as seguintes:

- 1) **Taxas de Juros Diferenciadas:** criaram-se patamares distintos de taxas

de juros por Estados da Federação, com gradação descendente segundo três categorias - Regiões III, II e I (*) - em função da renda per capita referida à média brasileira.

- 2) **Maior Participação Financeira:** embora usual a colaboração financeira limitada a até 60% do investimento total, estendeu-se a mesma a até 70% para a Região II e a até 80% para a Região I.

- 3) **Tipos de Aplicação:** facultou-se no Programa POC, na linha de pequenas e médias empresas, a operação isolada de giro para a Região I, ou seja, Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

- 4) **Del Credere Diferenciado:** majorou-se em 25% a remuneração dos agentes financeiros que aplicam na Região I, vale dizer, até 2,5% de "del credere" contra 2% nas aplicações no resto do País.

- 5) **Tipo de Operação:** desenvolveu-se a modalidade de financiamento a programas de relevância regional (operação-programa), consistindo essencialmente no apoio a conjunto de projetos harmônico de um mesmo setor, cujo tratamento projeto a projeto tornaria difícil a mobilização de recursos da esfera federal; desenvolveram-se, assim, programas circunscritos a segmentos de atividade de importância regional ou estadual, tais como as indústrias madeireira (PR), de óleos vegetais (RS), máquinas e implementos agrícolas (RS), mecânicas leves (SC) laticínios (MG) e suinocultura (RS).

(*) - Região I: Estados do Norte e Nordeste, Goiás, Mato Grosso e região de Minas Gerais incluída no Polígono das Secas.
Região II - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal.
Região III: São Paulo.

6) **Expansão de Agentes:** do total de 11 agentes nos programas de repasses a pequenas e médias empresas, em 1970, chegou-se em 1976 a cerca de 49 instituições, no POC, permitindo o atendimento a 3.378 empresas no período 74/76, das quais 1.230 em 1976.

7) **Fortalecimento dos Agentes:** em 1975 foi instituída uma linha de financiamento aos Estados, para ampliação de capital dos bancos de desenvolvimento; como há, em princípio, dispositivo do Bacen que assegura mobilização de recursos aos Bancos de Desenvolvimento até 15 vezes o capital mais reservas, os Cr\$ 667,7 milhões postos à disposição para majoração de capital, até 1976, representam, em termos práticos, possibilidade de captar recursos de diversas fontes, em até Cr\$ 10.016 milhões.

8) **Assistência e Treinamento Empresarial:** os programas de assistência técnica e gerencial do CEBRAE, em benefício da pequena e média empresa, têm possibilitado distribuição geográfica expressiva, cobrindo as diversas áreas do País.

Todos os projetos relevantes para a economia nordestina receberam substancial apoio do BNDE. São exemplos o Pólo Petroquímico do Nordeste, Caraíba Metais, Salgema, Pronor - Produtos Orgânicos, Nitrocarbono S.A., Cia. Petroquímica de Camaçari, Acrinor - Acrinolítia do Nordeste, Ciquine, Cia. Cearense de Cimento Portland, Paskin, Cosinor, e um vasto número de pequenas e médias empresas significativas para a economia local. Investimentos em infra-estrutura, nas diversas regiões, em especial no Nordeste, contaram igualmente com a participação do Banco; estradas vicinais, distritos industriais e energia elétrica

são alguns dos ramos financiados recentemente.

2.4 - Atitude Desenvolvimentista do BNDE

2.4.1. Consciente de seu papel, o BNDE procurou se estruturar de forma a cumprir suas finalidades básicas, sob a ótica da eficiência sócio-econômica. Assim, adotou como princípio não buscar o lucro, fixando suas taxas de juros a um nível que permite apenas remunerar suas fontes de recursos e cobrir os custos operacionais. Conseqüentemente, logra oferecer financiamento a uma taxa que corresponde ao mínimo possível. Os custos operacionais, por sua vez, são baixíssimos, representando 1,9% dos desembolsos, em 1976.

Em decorrência dessa política de "lucro zero", a reaplicação de recursos próprios é baixa e, portanto, para alcançar um desempenho satisfatório, o Banco necessita dispor de fontes seguras de recursos, afastando imprevistos que ameacem o propósito de financiar a custos mínimos, sem comprometer seu nível de capitalização.

No âmbito do financiamento a investimento, em escala nacional (exclusive agropecuária), o Banco pratica as condições (juros, carência, prazos etc.) mais favoráveis do País, o que, conjugado ao volume de recursos manipulados, o torna a agência mais atraente de financiamento (Ver Quadro X). Assim, apesar das exigências e critérios rígidos de avaliação de projetos, os empresários preferem recorrer ao BNDE, gerando uma demanda de financiamento superior aos recursos do Banco. Na verdade, não restam muitas alternativas ao empresário que, para concretizar seus objetivos mais amplos, conta principalmente com o BNDE. A tabela A fornece uma indicação da procura por financiamento do Banco.

QUADRO VIII
COJETO DE APROVAÇÕES DO BNDE, SEGUNDO REGIÃO E
ESTADO DA FEDERAÇÃO, EM 1965 E 1976

UNIDADE: CRUZEIROS MIL A PREÇOS DE 1976

REGIÕES	DEFERIMENTOS EM 1965	%	DEFERIMENTOS EM 1976	%	VARIAÇÃO NO PERÍODO 65/76
NORTE	82.464	1,90	537.220	0,76	651
Interestadual	23.940	0,60	-	-	-
Acre	-	-	245		
Amapá	-	-	-	-	-
Amazonas	23.940	0,60	153.880	0,22	643
Pará	34.584	0,70	318.365	0,45	921
Rondônia	-	-	64.591	0,09	
Roraima	-	-	139		
NORDESTE	166.020	3,90	12.276.546	17,47	7.395
Interestadual	-	-	-	-	-
Maranhão	7.182	0,20	145.953	0,21	2.032
Piauí	14.709	0,30	39.481	0,06	268
Ceará	12.442	0,30	389.385	0,55	3.130
Rio Grande do Norte	155	0,00	152.748	0,22	98.547
Pernambuco	43.269	1,00	1.344.317	1,91	3.107
Paraíba	10.082	0,20	133.477	0,19	1.324
Alagoas	13.585	0,30	487.428	0,69	3.588
Sergipe	6.126	0,20	62.224	0,09	1.016
Bahia	58.470	1,40	9.521.533	13,55	16.284
SUDESTE	3.774.000	88,20	36.077.279	51,35	956
Interestadual	-	-	1.304.414	1,86	
Minas Gerais	1.269.915	29,70	7.980.876	11,36	628
Espírito Santo	125.024	2,90	1.561.713	2,22	1.249
Rio de Janeiro	165.048	3,90	4.652.028	6,62	2.818
São Paulo	2.214.013	51,70	20.578.248	29,29	929
SUL	146.171	3,40	10.266.439	14,61	7.023
Interestadual	63.441	1,20	899.880	1,28	
Paraná	27.850	0,70	3.665.199	5,22	13.160
Santa Catarina	5.631	0,10	1.268.640	1,81	22.529
Rio Grande do Sul	49.249	1,20	4.432.720	6,30	9.000
CENTRO-OESTE	7.685	0,20	2.095.225	2,99	27.263
Interestadual	-	-	-	-	-
Goiás	6.621	0,20	1.664.673	2,73	25.142
Mato Grosso	1.064	0,00	65.535	0,09	6.159
Distrito Federal	-	-	365.017	0,53	
INTER-REGIONAL	101.667	2,40	9.006.891	12,82	8.859
TOTAL DO PROGRAMA	4.278.008	100,00	70.259.600	100,00	1.642

QUADRO IX
OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL PELO SISTEMA BNOE
SEGUNDO AS REGIÕES E UNIOADES DA FEDERAÇÃO — 1972/1976

(Cr\$ mil)

Regiões e Unidades da Federação	1972	1973	1974	1975 ¹	1976 ¹
NORTE	35.859	131.272	164.966	292.996	537.220
Rondônia	7.659	13.550	-	7.767	64.591
Acre	521	456	25.539	620	245
Amazonas	20.338	97.221	108.646	234.051	153.880
Pará	7.341	20.045	21.781	29.742	318.365
Roraima	-	-	-	20.816	139
Interestadual ²	-	-	9.000	-	-
NOROESTE	621.998	1.473.317	2.614.722	5.794.629	12.276.546
Maranhão	39.795	55.350	65.703	86.675	145.953
Piauí	11.433	48.650	60.352	66.213	39.481
Ceará	83.245	116.185	65.933	160.366	389.385
Rio Grande do Norte	6.666	85.331	119.321	190.947	152.748
Paraíba	31.618	20.500	29.964	108.645	133.477
Pernambuco	51.300	144.332	258.729	315.261	1.344.317
Alagoas	190.181	61.938	28.524	628.277	487.428
Sergipe	7.004	29.508	21.517	44.569	62.224
Bahia	200.754	911.523	1.844.637	4.193.676	9.521.533
Interestadual ²	-	-	120.042	-	-
SUOESTE	2.638.876	4.108.930	11.704.022	23.589.534	36.077.279
Espírito Santo	58.060	77.048	961.595	1.229.376	1.561.713
Minas Gerais	447.970	772.700	3.681.625	6.079.702	7.980.876
Rio de Janeiro	510.209	701.989	1.321.862	5.132.267	4.652.028
São Paulo	1.498.437	2.557.193	5.502.723	10.758.899	20.578.248
Interestadual ²	124.200	-	236.217	389.290	1.304.414
SUL	995.161	1.278.240	3.301.839	4.934.734	10.266.439
Paraná	235.516	298.400	1.461.767	1.106.254	3.665.199
Santa Catarina	156.109	351.954	443.144	806.724	1.268.640
Rio Grande do Sul	233.536	442.886	890.252	1.889.827	4.432.720
Interestadual ²	370.000	185.000	506.676	1.131.929	899.880
CENTRO-OESTE	312.742	157.719	350.191	578.475	2.095.225
Mato Grosso	109.484	126.184	239.135	190.605	65.535
Goiás	77.098	23.621	39.054	371.835	1.664.673
Distrito Federal	26.160	7.914	72.002	16.035	365.017
Interestadual ²	100.000	-	-	-	-
INTER-REGIONAL ³	265.316	358.600	2.205.098	2.552.714	9.006.891
BRASIL	4.869.950	7.508.078	20.340.838	37.743.082	70.259.600

1 Exclusive repasses às subsidiárias

2 Aplicações de interesse de mais de um Estado, na mesma Região

3 Aplicações de interesse de mais de uma Região

QUADRO X

FAIXAS DE TAXAS DE JUROS E PRAZOS DE FINANCIAMENTO

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS	FUNDO	CUSTO FINANCEIRO PARA O MUTUÁRIO (TAXAS DE JUROS AO ANO)	CORREÇÃO MONETÁRIA	P R A Z O S		TIPO DE OPERAÇÃO
				RESGATE (INCLUSIVE CARENÇA)	CARENÇA	
1 - INSUMOS BÁSICOS 1.10 - Mineração 1.20 - Siderurgia 1.30 - Metalurgia dos Não-Ferrosos 1.40 - Química e Petroquímica 1.50 - Fertilizantes 1.60 - Celulose e Papel 1.70 - Cimento 1.80 - FIBRASE (6)	FRE	3% a 4% (1) 3% a 8% (2) 3% a 4% (3) 5% (4) 3% a 4% 5% 3% (5) 3% (5) 5%	ORTN " " " " " " "	Até 20 anos Até 20 anos Até 20 anos Até 20 anos Até 15 anos Até 15 anos Até 15 anos Até 15 anos Até 15 anos	Até 5 anos após implantação (1) Até 4 anos após implantação (2) Até 18 meses após implantação (3) Até 18 meses após implantação Até 18 meses após implantação Até 18 meses após implantação Até 18 meses após implantação Até 18 meses após implantação Até 18 meses após implantação	Investimento direto " " " " " " " " " Repassa à subdidiária
2 - EQUIPAMENTOS BÁSICOS 2.10 - Bênis de Capital e Componentes 2.20 - Repasses à FINAME 2.30 - Repasses à EMBRAMEC (6)	FRE	3% a 5% 3% a 7% (9)	" "	Até 15 anos Até 8 anos	Até 18 meses após implantação 1 e 2 anos	Investimento direto Repassa à subdidiária "
3 - OUTROS PROGRAMAS 3.10 - Operações com Agentes (7) 3.20 - Modernização de Empresas 3.30 - Infra-Estrutura (8) 3.40 - Desenvolvimento Tecnológico 3.50 - IBRASA (8) 3.60 - Capitalização de Empresa	FMRI FRE, Convênio BNDE/BIRO FUNTEC	4% a 8% 8% 4% a 8% 0% ou 4% 4% e 5% (10)	" " " NIHIL ORTN	Até 10 anos Até 5 anos Até 15 anos Até 10 anos Até 4 anos	1 e 2 anos 1 e 2 anos Até 18 meses após implantação Até 3 anos de assinatura do contrato até 4 anos	Investimento direto " " " " Crédito rotativo que financiará a subscrição por Bancos de investimento de ações de empresas privadas nacionais
3.90 - Outros projetos		4% a 8%	"	VARIAVEL EM FUNÇÃO DO SETOR DE ATIVIDADE		

FONTE: OEPLAN/DEIOR

OBSERVAÇÕES

- (1) Para pesquisa geológica básica, pré-pesquisa e lavra - 3% (passando para 4% se o valor dos equipamentos importados para o projeto for superior a 40% do total referente a esse item).
- (2) Para pesquisa específica (segundo as Normas do Convênio BNDE-CPRM) com ou sem cate de risco.
- (3) Para projetos de fundidos e ferro-ligas. Os juros de 4% são para o caso de o valor dos equipamentos importados ser superior a 40% do total.
- (4) Demais projetos siderurgias.
- (5) Juros passam a 4% se o valor dos equipamentos importados for superior a 40% do total referente a esse item.
- (6) As subsidiárias operam subscrevendo ações das empresas, ou prestando garantias firmes a subscrição de ações em operação de "underwriting".
- (7) Ver quadro em separado.
- (8) Ferrovias, Rodovias e Outros Setores de Infra-Estrutura.
- (9) A taxa de juros da FINAME acrescenta-se um "del credere" do Agente, de até 2% ao ano.
- (10) Os juros de 4% incidem nas regiões de SUDAM e da SUDENE.

QUADRO X (Continuação) — 3.10 — OPERAÇÕES COM AGENTES

Tipos de Operação	Custo Financeiro para o Mutuário, Segundo as Regiões (1)			Correção Monetária	Prazos		Agentes
	Região I	Região II	Região III		Resgate (Inclusive Carência)	Carência	
A) Operações-Pacote	3% (*) 5% (**)	5% -	6% -	ORTN " "	8 Anos(*) 3 Anos(**) até 1 ano (**)	até 2 anos(*) até 1 ano (**)	Bancos de Investimento Privados; Bancos estaduais e Regionais de Desenvolvimento
B) Operações-Programa	3%	5%	6%	"	10 Anos	Até 3 anos	
C) Operações-Projeto	A ser definido em cada operação			"	10 Anos	Até 3 anos	
D) Financiamento a Aclonistas no âmbito do POC	2%	3%	3%	ORTN	Até 10 anos	Até 4 anos	Bancos de Desenvolvimento Estaduais ou Regionais e Bancos Comerciais com carteira de Desenvolvimento
E) Fortalecimento dos Agentes (2)	3%	5%	-	"	Até 6 anos	Igual ao Prazo de utilização (***)	

Fonte: DEPLAN

OBSERVAÇÕES

(*) Investimento fixo ou misto

(**) Recursos para capital de giro (somente na Região I)

(***) Este prazo é fixado em função do esquema de integralização do aumento de capital

(1) REGIÕES:

REGIÃO I: Estados do Norte e Nordeste, Territórios, Goiás, Mato Grosso e região de Minas Gerais incluída no Polígono das Secas

REGIÃO II: Rio Grande do Sul, Sta. Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal

REGIÃO III: São Paulo

(2) Recursos destinados a aumento de capital do próprio Agente

TABELA A
SOLICITAÇÕES DE FINANCIAMENTO FORMULADAS
AO BNDE — 1976 (*)

	Número de Consultas	Valor do Financiamento Solicitado — Cr\$ milhões
Consultas entradas	792	53.978
Consultas acolhidas	323	22.898

(*) Exclusivamente as solicitações diretamente encaminhadas ao BNDE; não incluem subsidiárias e a maior parte das operações de repasse.

2.4.2 Coerente com o propósito de não frustrar suas finalidades, o BNDE procurou se despojar de hábitos ortodoxos em seu relacionamento com o empresário, munindo-se de um esquema operacional dinâmico e flexível, receptivo aos tipos de apoio reclamados pelo empresário. Ao longo de sua existência, constantes mudanças foram efetuadas nas modalidades operacionais, adaptando-as à própria evolução da economia brasileira e conseqüentes mutações no gênero de colaboração mais oportuna.

Assim, múltiplas formas de apoio financeiro foram ou são oferecidas, destacando-se, entre elas, as seguintes:

- financiamento convencional a projetos de investimento, sob condições altamente estimulantes;

- apoio à capitalização das empresas através de: financiamento ao acionista, para subscrever capital da empresa; criação das subsidiárias EMBRAMEC, IBRASA e FIBASE, mediante as quais o Banco participa acionariamente de empresas, geralmente sob a forma de ações preferenciais, sem direito a voto;

- financiamento, através do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI), destinado a recuperar empresas com potencial, promover fusões, incorporações, modernização etc;

- financiamento, em condições fortemente subsidiadas, da capacitação tecnológica das empresas nacionais;

- apoio financeiro não reembolsável para projetos de desenvolvimento tecnológico, sob responsabilidade de universidades e centros de pesquisa;

- financiamento, pela FINAME, da comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no País, em condições competitivas com as oferecidas pelos créditos externos;

- dinamização e simplificação do apoio às empresas de menor porte, mediante programas de repasses a bancos privados de investimento e bancos estaduais e regionais de desenvolvimento;

- colaboração financeira não reembolsável a programas de treinamento e assistência gerencial, em benefício da pequena e média empresa brasileira;

- aval, em condições favoráveis, aos financiamentos externos obtidos por empresas nacionais.

2.4.3. O crescimento do Sistema BNDE não foi centralizante e não dificultou as possibilidades de surgimento de um sistema financeiro privado habilitado a atuar na área de investimentos. Pelo contrário, os repasses aos bancos comerciais e de investimento propiciaram a sua acentuada expansão e, ademais, contribuem para o engajamento desses bancos em ramos de atividade prioritários ao desenvolvimento, graças aos critérios de seletividade econômica que regem esses repasses. Basta constatar que a FINAME efetuou operações através de instituições financeiras privadas, em 1976, no valor de quase 10 bilhões de cruzeiros (Quadros XI e XII).

Também os bancos estaduais e regionais de desenvolvimento encontram no Sistema BNDE um suporte à sua ação, obtendo não somente recursos para repassar a seus clien-

tes e para a própria capitalização, como também orientação técnica e diretrizes econômicas.

Este crescimento extrovertido é melhor avaliado quando se verifica que os repasses efetuados por BNDE/FINAME representavam 13,8% do total aprovado em 1965, passando a 47,7%, em 1976. Entre 1975 e 1976 o valor nominal dos repasses mais do que dobrou, o mesmo acontecendo em relação a 74/75 (Quadro XIII).

Na verdade, a demanda por financiamento para investimento, no Brasil, vem apresentando uma tendência de longo prazo a se expandir tão significativamente, e assumindo nuances de complexidade tal, que o acentuado incremento da oferta de recursos por parte do BNDE, da rede privada e dos bancos estaduais e regionais, não chega a criar uma competição, em termos absolutos. Há lugar para o crescimento de todos, cada um percorrendo a trajetória compatível com sua vocação natural.

QUADRO XI — AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL — FINAME
Operações Aprovadas no Período 1965/1974, por Categoria de Agente

Categorias de Agentes Financeiros	Em %											
	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Bancos de Investimento	12,7	16,5	26,9	19,8	40,0	36,8	51,7	47,9	46,6	32,3	38,0	25,3
Bancos Comerciais Privados	34,6	40,9	24,1	18,7	12,9	14,3	11,6	9,0	8,0	7,8	7,3	9,3
Bancos de Desenvolvimento (1)	11,5	7,5	7,2	5,3	4,0	7,9	9,4	20,7	25,1	42,7	41,4	31,3
Cias. Privadas de Crédito Finan- ciamento e Investimento	35,3	27,2	36,0	43,3	29,6	25,7	18,0	12,2	4,8	3,0	2,7	2,1
Cias. Estaduais de Crédito Fi- nanciamento e Investimento	1,0	2,3	1,4	2,7	1,2	0,9	0,9	0,4	0,3	0,0	0,1	0,1
Bancos Comerciais Oficiais	4,9	5,6	4,4	10,2	12,3	14,4	8,4	9,8	15,2	14,2	10,5	31,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados Brutos: FINAME, Relatório Anual de 1974

Nota: (1) inclusive BNDE

QUADRO XII — AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL — FINAME
OPERAÇÕES APROVADAS
DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA DE AGENTE
1974/1975

CATEGORIA DE AGENTE FINANCEIRO	Valores em Cr\$ mil					
	1974		1975		1976	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Bancos de Investimento	1.116.899	32,3	3.237.082	38,0	6.641.224	25,3
Bancos Comerciais Privados	269.513	7,8	625.910	7,3	2.448.618	9,3
Bancos de Desenvolvimento (*)	1.476.099	42,7	3.523.049	41,4	8.214.415	31,3
Cias. Privadas de Crédito, Financiamento e Investimento	102.156	3,0	227.809	2,7	554.410	2,1
Cias. Estaduais de Crédito, Financiamento e Investimento	705	0,0	11.245	0,1	13.122	0,1
Bancos Comerciais Oficiais	490.561	14,2	893.649	10,5	8.372.083	31,9
T O T A L	3.455.933	100,0	8.518.744	100,0	26.243.872	100,0

Nota: (*) Inclusive BNDE.

FONTE: Relatórios FINAME, 1975/1976

QUADRO XIII
OPERAÇÕES APROVADAS PELO BNDE/FINAME, ATRAVÉS DE REPASSES
1965/1976

ESPECIFICAÇÃO	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Cr\$ Milhões												
1. BNDE	314	458	641	767	1.103	1.503	2.456	3.710	5.538	16.885	29.861(*)	42.756(*)
— Direto	307	439	604	731	1.030	1.311	2.071	2.472	4.146	14.188	24.156	34.555
— Repasse	7	19	37	36	73	192	385	1.238	1.392	2.697	5.705	6.701
2. FINAME	42	74	112	224	246	362	762	1.159	1.970	3.456	8.519	26.244
3. BNDE + FINAME (1 + 2)	356	532	753	991	1.349	1.865	3.218	4.869	7.508	20.341	38.380	69.000
4. Repasse BNDE e FINAME	49	93	149	260	319	554	1.147	2.397	3.362	6.153	14.224	32.945
5. Percentual de Re- passe sobre Total (4/3) — %	13,8	17,5	19,8	26,2	23,6	29,7	35,6	49,2	44,8	30,2	37,1	47,7

(*) Para evitar dupla contagem, excluiu-se os repasses do BNDE à FINAME.

2.4.4. Característica inerente a um banco de desenvolvimento do porte do BNDE é o conteúdo de risco implícito em suas operações, inclusive porque, freqüentemente, se vê chamado a apoiar projetos de empresas que desejam aumentar substancialmente sua dimensão, ou ingressar em setores novos.

Somente um banco do gênero do BNDE pode assumir esses riscos, e é sua obrigação

fazê-lo. Porém, essa postura desenvolvimentista, longe de se dissipar em um desempenho ineficiente, fundamenta-se em critérios exemplares de avaliação de projetos, conforme evidencia o índice de sucesso dos empreendimentos financiados; os casos de inadimplência são proporcionalmente insignificantes e vêm declinando ao longo do tempo:

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA, EM RELAÇÃO AO VALOR DOS FINANCIAMENTOS

1968 = 13%	agosto 1972 = 5,9%
1969 = 9,7%	agosto 1973 = 2,3%
1970 = 8,3%	dezembro 1974 = 2,2%
1971 = 7,1%	dezembro 1975 = 0,9%
	dezembro 1976 = 1,5%

Essa taxa irrisória não é ocasional; reflete a preocupação em não se limitar simplesmente a conceder crédito, mas sim contribuir efetivamente para o fortalecimento da empresa, estimulando melhorias operacionais e estabelecendo cláusulas que conduzem ao incremento da eficiência gerencial. A evolução decrescente dos índices de inadimplência indica o esforço do BNDE em se capacitar a cumprir cada vez melhor esse papel modernizante.

Enfim, esses índices atestam o empenho em aplicar com o maior discernimento os recursos geridos. A ausência absoluta de fracassos e erros de avaliação seria impossível e, até certo ponto, denunciaria uma excessiva timidez em exercer suas finalidades de fomento.

2.4.5. Apesar do volume e complexidade de suas operações, o BNDE apresenta significativa agilidade, sendo exemplo máxi-

mo a FINAME, que libera seus financiamentos em poucos dias.

Mesmo as operações diretas do Banco ganharam nova velocidade com a criação, em 1973, da Área de Planejamento. Uma das unidades dessa Área, o Departamento de Prioridades (Deppo), efetua exame preliminar dos méritos dos investimentos, concentrando-se, sobretudo, em seus aspectos macroeconômicos. Somente os empreendimentos considerados relevantes para a economia nacional são encaminhados às áreas operacionais que, então avaliam os projetos, aprofundando os aspectos financeiros. O empresário estabelece seu primeiro contato com o Banco através de uma simples carta-consulta, na qual descreve sumariamente seu empreendimento. O projeto completo é apresentado apenas quando a consulta é enquadrada como prioritária. Esse processo acelerou a tramitação dos pedidos de financiamento e poupou o empresário de elaborar

projetos sem qualquer indicação prévia da receptividade do Banco

2.4.6. Uma das características do BNDE é dispendir importante parcela de seus esforços a um permanente processo de auto-crítica, visando o contínuo aperfeiçoamento. O Banco sofre constantes transformações, tanto em sua estrutura como em seus procedimentos operacionais. Um exemplo é o trabalho elaborado por firma consultora, em 1972, que constituiu um marco na vida organizacional do Banco. O projeto em causa não só foi plenamente executado, como hoje já se encontra superado, em seus termos originais, pelos avanços e aprimoramentos organizacionais e administrativos efetuados desde 1973, em função de decisões inspiradas na autocrítica exercida pelo Banco.

Recentemente, em maio de 1977, foi implantado o Sistema de Planejamento Integrado do Grupo BNDE, concebido inteiramente pelos técnicos do Banco, representando um aprimoramento no mecanismo de formulação da política de financiamento.

Os padrões de operacionalidade podem ser comparados aos das mais eficientes empresas privadas nacionais e estrangeiras e organismos internacionais; por exemplo: atualmente seu corpo de funcionários se restringe a 1.445, número que corresponde a menos da metade dos quadros do Banco Mundial, cujas aplicações são inferiores às do BNDE, e pouco superior ao do BID, que aplica valores inferiores à metade do BNDE. As despesas com pessoal equivaleram a 0,66% dos desembolsos efetuados, em 1976.

2.4.7. Preocupado em prover a empresa nacional de um suporte financeiro constantemente adaptado à dinâmica de suas necessidades, o BNDE sempre inaugurou etapas pioneiras em modalidades de financiamento, principalmente na área de projetos industriais, oferecendo incentivos sob formas inéditas, em termos de fontes internas de financiamento.

Na realidade, só uma instituição com as suas características poderia assumir essas iniciativas inovadoras, geralmente desprovidas de atrativo bancário tradicional, mas de transcendental impacto sobre desenvolvimento nacional. Como exemplos cabe citar o Funtec, FMRI, o apoio à capitalização das empresas e a FINAME.

Funtec - O Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico foi criado em 1964, como fruto da compreensão de que não há desenvolvimento autêntico sem domínio do conhecimento técnico. A pesquisa tecnológica exige um esforço geralmente acima das possibilidades de um País economicamente menos avançado, criando, assim, uma tendência ao círculo vicioso de subdesenvolvimento - carência tecnológica - subdesenvolvimento, rompido apenas mediante um apoio subsidiado a quantos decidem concentrar seu trabalho no aumento da capacitação tecnológica.

O Funtec não foi a primeira tentativa feita pelo BNDE para abordar a problemática tecnológica brasileira. Já em 1958 criou a Quota de Treinamento Técnico, que concedia automaticamente um percentual adicional em cada operação, a ser utilizado pelos mutuários no aperfeiçoamento técnico de seus quadros de pessoal. A Quota, de uso facultativo, praticamente não foi utilizada, decidindo-se então o BNDE a investir de forma direta.

Com o Funtec, o BNDE passa a atuar mais efetivamente na política técnico-científica do País, principalmente no que se refere à geração de processos e técnicas de produção efetivamente condizentes com as necessidades nacionais e aos objetivos de adequação do capital humano aos novos requisitos da industrialização.

Inicialmente, os recursos destinaram-se ao apoio a cursos de pós-graduação para a formação dos mestres e doutores em Ciências e a pesquisas técnico-científicas, enten-

dendo-se como tais os programas, projetos-piloto e experimentações técnico-científicas, no campo das indústrias básicas. Até 1973 foram titulados, com o apoio do Funtec, 1.613 mestres e 156 doutores, nas áreas de engenharia (civil, mecânica, elétrica, química, metalúrgica, industrial, naval, aeronáutica e nuclear), matemática, física, química, geociências, agronomia, veterinária e economia.

Entre os principais projetos apoiados pelo Funtec, nessa fase, destacam-se:

criação do Coppe - Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos maiores centros de pós-graduação em Engenharia, no País;

- criação do Laboratório de Microeletrônica, no Departamento de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica, onde se desenvolveu o "know-how" de fabricação de semicondutores e circuitos integrados;

- a instalação do maior acelerador nuclear de pesquisas na América do Sul, no Instituto de Física da Universidade de São Paulo;

- criação das bases de uma indústria de computadores, através da construção de minicomputador e da elaboração de "software" necessário à sua utilização;

- colaboração nos programas de pesquisa especial, principalmente os ligados ao sensoriamento remoto;

- criação de cursos de pós-graduação e laboratórios no Instituto Militar de Engenharia;

- instalação, no Centro Técnico Aeroespacial, de laboratórios para a metalurgia, motores aeronáuticos e eletrônicos;

- projeto de pesquisa sobre o aproveitamento do xisto, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mais recentemente, o Funtec realinhou seus instrumentos de ação para atender prioritariamente aos objetivos de capacitação tecnológica da empresa privada nacional. Além da existência de outros órgãos governamentais apropriados para atender aos institutos e universidade, contribuiu para a reorientação das finalidades do Funtec a própria vocação do BNDE, que, no contato rotineiro com a empresa nacional, pode identificar e avaliar suas necessidades de capacitação tecnológica.

O Funtec opera em dois subprogramas:

O **Subprograma de Demanda e Utilização de Tecnologia** visa estabelecer condições atraentes para que a empresa brasileira faça bom uso da inovação tecnológica como fator de modernização, progresso, produtividade e competição. Procura, por isso, incentivar os projetos de pesquisa e desenvolvimento propriamente ditos, dar elementos para que inovações tecnológicas, desenvolvidas ou adquiridas, possam materializar-se em empreendimentos industriais e encorajar as empresas a se aparelharem para lidar com tecnologia moderna. Uma finalidade básica é substituir a importação de tecnologia, desenvolvendo também novos e originais projetos nos setores ligados à engenharia de processos e de produtos.

O **Subprograma de Geração e Oferta de Tecnologia** tem por finalidade chamar as instituições de pesquisa, inclusive as universidades, a participar mais diretamente do esforço tecnológico das empresas brasileiras, buscando a inovação adequada à realidade da economia nacional e provendo mecanismos que facilitem a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos para os utilizadores.

As modalidades operacionais praticadas vão desde o financiamento não reembolsável, podendo em alguns casos o Banco participar

dos eventuais lucros obtidos, até o financiamento de 100% dos investimentos, com prazo de até 10 anos (três anos de carência incluídos) e juros de 4% ao ano, sem correção monetária, admitindo-se eventual parti-

cipação societária.

Entre os projetos de criação, adaptação ou assimulação de tecnologia pela empresa nacional apoiados pelo Funtec, destacam-se:

Empresa	Descrição Sucinta do Projeto
a) Eletrometal Aços Finos	Desenvolvimento experimental do processo Eletrosiag e absorção de tecnologia para a fabricação de aços especiais
b) Máquinas Piratininga	Desenvolvimento de produtos e processos, treinamento de pessoal e programa de controle de qualidade.
c) Fupresa	Transferência da tecnologia de fundição de precisão em molde.
d) Indústrias Reunidas F. Matarrazo	Desenvolvimento de pesquisa para obtenção de produtos alimentícios de elevado poder nutritivo.
e) Indústrias Romi	Desenvolvimento e criação de novos produtos de tecnologia avançada, inclusive na linha de máquinas de controle numérico.
f) Dabi - Indústria Brasileira de Aparelhos Dentários	Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e aperfeiçoamento do existentes.
g) Eletromotores Jaraguá	Execução de projetos de pesquisa visando o desenvolvimento de produto e domínio das tecnologias adequadas de fabricação.
h) Confab Industrial	Desenvolvimento de métodos de cálculo, processos de fabricação e materiais para aplicação nas linhas de produção.
i) Transit Semicondutores	implantação de laboratório de pesquisa; desenvolvimento de "know-how" para fabricação de produtos; e projeto de circuitos integrados.
j) Engesa - Engenheiros Especializados	Desenvolvimento de modelo de trator florestal.
k) Ind. de Máquinas Agrícolas Ideal	Desenvolvimento de Colheitadeiras de cereais.

Entre 1964 e 1976 foram aprovadas 331 operações, correspondentes ao valor de Cr\$ 3,5 bilhões, a preços de abril de 1977.

O FMRI - Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, teve sua origem na preocupação em conferir maior poder de competição às empresas nacionais já existentes, através principalmente de:

- aumento de escala, mediante fusão e incorporação de grupos industriais nacionais;
- recuperação de empresas potencialmente dinâmicas, mas com problemas financeiros e gerenciais que ameaçavam sua sobrevivência.

O esforço do Governo em auxiliar a recuperação de empresas em dificuldades não constitui fato novo no Brasil. Geralmente motivado pela preocupação de evitar as consequências sociais do desaparecimento de unidades produtivas, o Governo injetava recursos de forma improvisada e, muitas vezes, estéril, apenas adiando o desfecho inevitável decorrente das deficiências estruturais das empresas, que não eram nem diagnosticadas nem enfrentadas.

A partir do início dos anos 60 o problema do desequilíbrio funcional de indústrias assumiu maior evidência, como reflexo do declí-

nio nas taxas de crescimento do produto industrial e, após 1964, da política de combate à inflação, inegavelmente prioritária à ordenação da economia nacional. Mesmo a retomada do ritmo de expansão econômica, no final da década, não eliminou esse gênero de problema, pois os novos caminhos trilhados pelo desenvolvimento do País resultaram na exigência de empresas mais saudáveis e aptas a assumir maior escala produtiva e melhores padrões de competitividade, sob pena de sucumbirem.

Influenciado por esse panorama, o BNDE passou a utilizar seus recursos não só em investimentos novos, como também em financiamento destinado a recuperar empresas em dificuldades, mas potencialmente dinâmicas.

Convém realçar que o objetivo do FMRI não é salvar unidades produtivas marginais, mas sim fortalecer o setor industrial, sobretudo o tradicional, ofertando uma linha especial de crédito que viabilize o esforço de adaptação das empresas às novas condições da economia, capacitando-as a atravessar o período crítico, a assumir nova escala de eficiência e competitividade e exercer uma posição de relevância.

Criando o FMRI, em outubro de 1970, o Governo equipou o BNDE para financiar os seguintes tipos de operação:

- fusão, incorporação, associação ou liquidação de empresas, desde que enquadradas no objetivo básico do Fundo;

- reorganização administrativa, compreendidas as despesas com estudos e a implantação de planos destinados a atualizar os sistemas de controle, de informações e de decisões;

- reformulação do processo produtivo, incluindo as obras, instalações e equipamentos necessários à modernização do sistema produtivo e ao desenvolvimento de novos produtos;

- adequação do sistema de comercialização com os requisitos exigidos ao seu funcionamento eficiente e agressivo;

- formação de nível apropriado de capital de giro, indispensável às operações regulares da empresa; e

- liquidação de passivo, inclusive débitos com o Governo, quando se verificar que isto é necessário, isoladamente ou em conjunto com outras medidas, para solucionar problemas de empresas economicamente viáveis.

São também passíveis de financiamento pesquisas e estudos dentro dos objetivos enumerados, bem como programas ou projetos de pesquisa industrial aplicada, cujo objetivo seja o aprimoramento tecnológico ou o desenvolvimento do produto.

Desde sua criação até fins de 1976, foram assistidas pelo Fundo 149 empresas, elevando-se suas operações ao valor histórico de Cr\$ 5.088 milhões. Foram beneficiados os seguintes setores de atividade:

Setor	N.º de Empresas	Valor Cr\$ 1.000.000
Químico	16	364
Madeira e Mobiliário	8	114
Material de Transporte	11	235
Metalúrgico	21	741
Alimentação	15	593
Mecânico	11	359
Mat. Elétrico e de Comunicação	10	209
Art. de Borracha e Plástico	4	139
Couros, Peles e Calçados	4	22
Vestuário	4	55
Têxtil	14	605
Celulose e Papel	8	361
Prod. de Pedra, Argila e Vidro	3	137
Cimento	5	719
Editorial e Gráfico	2	46
Diversos	13	389
Total	149	5.088

Foram contemplados, principalmente, os setores onde predomina a empresa privada nacional, entre os quais sobressaem: metalúrgico, têxtil, alimentação e cimento.

Das empresas apoiadas até agora, algumas obtiveram sucesso absoluto, outras fracassaram e a grande maioria apresenta sucesso relativo. Em praticamente todos os casos de fracasso, é interessante notar, não houve erro de avaliação da empresa. A falha foi na percepção da capacidade e da disposição do empresário para recuperar sua empresa, o que representa um grande ensinamento.

Em alguns casos o BNDE se viu forçado a assumir o controle da empresa para salvá-la do colapso. Esta providência só foi possível, entretanto, quando o proprietário, sem condições de continuar, se dispôs a ceder o controle, sem ônus para o Banco, responsabilizando-se, inclusive, pelo patrimônio líquido negativo na data da transferência. Como o BNDE não pretende ser o gestor de empresas, toda vez que se vê obrigado a assumir este papel procura, o quanto antes, passá-lo a um grupo privado que se encontre em melhor posição para recuperá-la. Em

outros casos, antes de intervir foi possível encontrar outra empresa para assumir aquela que estava em vias de soçobrar. Por vezes, foi dado apoio a uma empresa nacional para assumir o controle de outra que se encontrava em vias de ser vendida a grupos estrangeiros.

A ação do FMRI, na grande maioria dos casos, permitiu a sobrevivência de empresas prestes a desaparecer ou a passar para o controle estrangeiro, oferecendo-lhes nova oportunidade de integração no segmento moderno da economia.

Sob esse ângulo, não restam dúvidas de que o BNDE tornou disponíveis ao setor privado nacional recursos destinados a um gênero de aplicação antes desprovido de fontes adequadas de financiamento. Os riscos, evidentemente, constituem uma presença constante; mas ao BNDE, como banco de fomento, cabe assumi-los, de forma responsável.

FINAME - A FINAME constitui um dos mais típicos exemplos de imediata resposta do BNDE a uma necessidade da indústria nacional. A experiência adquirida no financiamento à instalação de empresas indicou que um dos fatores primordiais para a conso-

lidação das indústrias implantadas no País era a garantia de mercado. Esta verdade era mais nítida no caso das fabricantes de máquinas e equipamentos, pois os financiamentos externos oferecidos a projetos, no Brasil, induziam os empresários a comprar no exterior equipamentos fabricados no País, mas desamparados de fontes de crédito barato e de longo prazo, para a sua venda. Portanto, a falta de financiamento interno para a comercialização representava um óbice ao desenvolvimento da indústria nacional de bens de capital.

Foi nesse contexto que o BNDÉ criou, em 1964, a FINAME que, estruturada de forma altamente dinâmica, financia a comercialização de equipamentos, mediante operações simples e rápidas, efetuadas através de bancos privados comerciais e de investimento e estaduais de desenvolvimento.

Para se ter uma idéia da agilidade operacional da FINAME, basta citar que em 1976 foram efetuadas 20.338 operações, totalizando o valor de 26,2 bilhões de cruzeiros. Esse valor representa um acréscimo real de 137%, em relação ao do ano anterior (Quadros XIV e XV). O crescimento acentuado da FINAME, ao longo de sua existência, reflete a própria evolução da capacidade de oferta da indústria nacional de máquinas e equipamentos.

Seguramente, o Brasil não disporia do atual conjunto de fabricantes desses produtos se a FINAME não estivesse presente, oferecendo financiamento tanto ao menor dos empresários quanto aos do porte de uma usina siderúrgica, para suas compras junto à indústria nacional de bens de capital.

QUADRO XIV
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL — FINAME
OPERAÇÕES APROVADAS

1965/1976

Valores em Cr\$ 1.000.000.00

ANO	NÚMERO DE OPERAÇÕES	A PREÇOS CORRENTES			A PREÇOS DE 1976 (*)		
		VALOR	ÍNDICE	VARIAÇÃO %	VALOR	ÍNDICE	VARIAÇÃO %
1965	1.965	44	100	-	399	100	-
1966	3.970	74	168	68	500	125	25
1967	3.487	112	255	52	603	151	21
1968	6.626	224	509	100	929	233	54
1969	6.179	246	559	10	847	212	(9)
1970	8.122	362	823	47	1.067	267	26
1971	12.219	762	1.732	110	1.976	495	85
1972	11.383	1.159	2.034	52	2.649	664	34
1973	10.003	1.970	4.477	70	4.071	1.020	54
1974	9.749	3.456	7.855	75	5.873	1.472	44
1975	10.829	8.519	19.361	146	10.966	2.748	87
1976	20.338	26.243	59.643	203	26.243	6.577	139

Obs.: (*) Valores inflacionados de acordo com os índices publicados pela Fundação Getúlio Vargas.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL — FINAME
LIBERAÇÕES

1965/1976

Valores em Cr\$ 1.000.00

ANO	A PREÇOS CORRENTES			A PREÇOS DE 1976 (*)		
	VALOR	ÍNDICE	VARIAÇÃO %	VALOR	ÍNDICE	VARIAÇÃO %
1965	32.533	100	-	295.249	100	-
1966	66.446	204	104	450.016	152	52
1967	81.099	249	22	438.097	148	(3)
1968	178.726	549	120	744.038	252	70
1969	234.651	721	31	809.713	274	9
1970	307.867	946	31	907.144	307	12
1971	657.287	2.020	113	1.704.320	577	88
1972	957.843	2.944	46	2.189.609	742	28
1973	1.269.089	3.901	33	2.623.565	888	20
1974	1.869.978	5.748	47	3.178.040	1.076	21
1975	4.363.541	13.413	133	5.617.244	1.903	77
1976	10.424.257	32.042	139	10.424.257	3.530	85

Obs.: (*) Valores inflacionados de acordo com os índices publicados pela Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO XV
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL — FINAME
OPERAÇÕES APROVADAS
DISTRIBUIÇÃO POR SETORES INDUSTRIAIS
1972/1976

Valores em Cr\$ mil correntes

SETOR COMPRADOR	1972		1973		1974		1975		1976	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Extração e Tratamento de Minerais	8.214	0,7	13.334	0,7	32.056	0,9	216.592	2,5	723.991	2,8
Produtos de Minerais Não Metálicos	54.201	4,7	85.148	4,3	125.964	3,7	421.855	5,0	920.457	3
Metalmurgia	55.413	4,8	211.017	10,7	172.719	5,0	665.991	7,8	6.937.249	26
Mecânica	22.997	2,0	40.849	2,1	128.673	3,7	230.944	2,7	752.040	2
Material Elétrico e de Comunicações	6.377	0,5	11.032	0,6	22.887	0,7	46.244	0,5	121.428	0
Material de Transportes	6.993	0,6	30.540	1,5	92.472	2,7	139.792	1,6	238.511	0,9
Madeira	11.436	1,0	29.754	1,5	34.698	1,0	42.786	0,5	210.739	0,8
Mobiliário	1.316	0,1	3.645	0,2	8.159	0,2	10.253	0,1	40.727	0,2
Papel e Papelão	36.507	3,1	35.935	1,8	55.661	1,6	290.455	3,4	1.776.374	6,8
Borracha	9.220	0,8	18.256	0,9	15.699	0,5	29.258	0,3	34.502	0,1
Couros, Peles e Similares	2.232	0,2	2.901	0,1	11.972	0,4	8.075	0,1	34.025	0,1
Química	30.035	2,6	22.804	1,2	134.575	3,9	646.976	7,6	1.256.895	4,8
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	760	0,1	1.033	0,1	1.105	0,0	10.396	0,1	31.574	0,1
Perfumaria, Sabões e Velas	1.222	0,1	4.516	0,2	1.513	0,0	4.252	0,1	14.026	0,1
Produtos de Material Plástico	21.510	1,9	33.635	1,7	57.004	1,7	88.923	1,0	284.818	1,1
Têxtil	81.646	7,0	79.164	4,0	216.497	6,3	339.354	4,0	650.810	2,5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	2.315	0,2	3.275	0,2	5.951	0,2	7.420	0,1	31.194	0,1
Produtos Alimentares	124.903	10,8	138.894	7,1	276.169	8,0	338.849	4,0	769.778	2,9
Bebidas	18.253	1,6	41.145	2,1	70.117	2,0	49.526	0,6	350.085	1,3
Fumo	648	0,1	678	0,0	9.204	0,3	1.711	0,0	106	0,0
Editorial e Gráfica	1.869	0,2	3.379	0,2	3.887	0,1	9.393	0,1	28.199	0
Utilidades Públicas	1.771	0,1	78.563	4,0	298.107	8,6	1.230.599	14,5	4.257.281	16,2
Construção	343.966	29,7	488.078	24,5	277.103	6,0	547.542	6,4	1.159.751	4,4
Transportes	291.024	25,1	571.268	29,0	1.298.301	37,6	3.003.002	35,3	5.018.464	19,1
Serviço de Comunicações	1.657	0,1	-	0,0	62.941	1,8	36.829	0,4	110.482	0,4
Comércio	9.248	0,8	15.799	0,8	18.693	0,5	37.487	0,4	184.681	0,7
Administração pública direta e Autarquia, Agricultura, Educação, Cultura, Saúde e Outros	13.738	1,2	11.781	0,6	25.806	0,7	64.240	0,8	297.685	1,1
TOTAL	1.159.471	100,0	1.970.431	100,0	3.455.933	100,0	8.518.744	100,0	26.243.872	100

APOIO À CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Convencido de que o financiamento não representava mais um mecanismo suficiente, por si só, para fornecer ao empresário brasileiro o vigor necessário ao esforço de investimento requerido pelo País, o BNDE instituiu uma nova forma de operar: o apoio à capitalização.

A partir de 1974 três subsidiárias do Banco passaram a exercer uma atuante ação de fomento, viabilizando empreendimentos, não pela concessão de empréstimos, mas sim pela participação acionária, aplicando no capital de risco da empresa, geralmente sob a forma de ações preferenciais, sem direito a voto. Trata-se da EMBRAMEC, FIBASE e IBRASA.

A primeira opera na área das indústrias de máquinas e equipamentos. A FIBASE se concentra no setor de insumos básicos, e a IBRASA nos demais segmentos produtivos, inclusive bens de consumo, comércio e transporte.

Em três anos de atividade, as três subsidiárias cresceram rapidamente, passando de

474 milhões de cruzeiros, em 1974, para 4,8 bilhões de cruzeiros em 1976, em termos de operações aprovadas. Portanto, um salto de 912,6%. A explicação desse desempenho repousa na postura ativa das subsidiárias em busca de empreendimentos.

Ainda no campo do fortalecimento da estrutura de capital da empresa, o Banco adotou uma série de instrumentos que lhe permitem atuar na garantia de subscrição de ações, na administração dos recursos do Procap e no financiamento a acionistas (Quadro XVI).

O Programa de Financiamento a Acionistas (Finac) destinou em 1976 recursos no montante de Cr\$ 1.200 milhões, com vistas a financiar novos acionistas, pessoas físicas e/ou jurídicas, de empresas nacionais. O Programa de Capitalização de Empresas (Procap) forneceu em 1976 cerca de Cr\$ 2.450 milhões, conduzindo a revenda a acionistas de emissão de capital novo de empresas, com lançamento garantido por "underwriting" de bancos de investimento.

QUADRO XVI

BNDE — POLÍTICA DE APOIO À CAPITALIZAÇÃO DA EMPRESA PRIVADA NACIONAL — PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS *

LEGISLAÇÃO	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MODALIDADE DE OPERAÇÃO
1 - Resolução BNDE n.º 485 de 24.03.76 ASSUNTO: II-A	Facultar ao BNDE a possibilidade de funcionar como "stand by underwriter" em operações de oferta pública de ações promovidas por Bancos de investimento e/ou sociedades corretoras.	Empresa mutualista do BNDE ou de seus Agentes, onde se mostra necessário o fortalecimento de capitalização e que tenham as pré-condições para fazê-lo através de oferta pública de ações.	Bancos de investimento e/ou Sociedades Corretoras.	BNDE garante a subscrição de eventuais resíduos não absorvidos após a oferta pública. No caso em que não haja condições imediatas para colocação pública, o BNDE poderá subscrever ações até o limite em que a relação entre capitais próprios e de terceiros seja igual a 1 ou até o limite de 30% do capital social da empresa (entre os dois limites prevalece o menor).
2 - DECRETO-LEI n.º 1.452 de 30.04.76 ASSUNTO: I	A parcela referente ao valor da correção monetária que exceder o índice anual de 20% poderá ser utilizada como crédito para pagamento das parcelas devidas no ano correspondente. Para financiamentos contratuados no ano de 1976.	Projetos que visem o desenvolvimento das pequenas e médias empresas comerciais e industriais, ou relativos aos seguintes setores de atividade econômica: a) produção de máquinas e equipamentos a seus componentes; b) indústrias de máquinas a equipamentos agrícolas, rodoviários e para exploração de recursos florestais; c) produção de componentes para indústria elétrica, eletrônica e mecânica; d) produção de material ferroviário; e) produção de veículos automotores destinados a transporte coletivo; f) construção naval e aeronáutica; g) siderurgia e metalurgia primária de não-ferrosos; h) produção de cimento a materiais refratários; i) produção de celulose e papel; j) produção de fertilizantes e defensivos agrícolas e de suas matérias-primas; k) produção de insumos químicos a farmacêuticos básicos; m) indústria petroquímica; n) indústria de mineração; o) industrialização de produtos alimentícios; p) indústrias ou atividades ligadas à segurança nacional, definidas pelo Conselho de Segurança Nacional.	Instituições Financeiras sob controle do Governo Federal ou seus Agentes.	Financiamento a longo prazo.

LEGISLAÇÃO	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MODALIDADE DE OPERAÇÃO
3 - DECRETO-LEI n.º 1.471, de 15.06.76 ASSUNTO: I e II	Estende o benefício previsto no D.L. n.º 1.452 a financiamentos concedidos pelo BNDE no ano de 1976 a Bancos de Investimento privados, com a finalidade exclusiva de subscrição por estes, de ações em aumentos de capital.	Empresas privadas nacionais referidas no D.L. n.º 1.452.	Bancos de Investimento privados (Agentes do BNDE)	Subscrição de ações, por parte dos Bancos de Investimento, em aumentos de capital de empresas privadas nacionais.
4 - RESOLUÇÃO BNDE n.º 491, de 24.6.76 ASSUNTO: II	Possibilita ao BNDE contratar com Bancos de Investimento privados, a abertura de linhas de crédito destinadas a financiar a aquisição de ações de empresas privadas nacionais.	i) Empresas que operam nos setores previstos no D.L. n.º 1.452. ii) Pequena e média empresa (PME) comercial ou industrial. iii) Empresas comerciais e industriais de qualquer porte, localizadas nas áreas da SUDAM e da SUDENE.	BNDE/Bancos de Investimento privados.	BNDE contrata com Bancos de Investimento, linha de crédito rotativo pelo prazo de 10 anos para: - financiamento de subscrição por parte dos BI's de ações de empresas privadas nacionais (decorrentes da garantia firme outorgada a ofertas públicas dos títulos). - repasse de recursos a acionistas para a recompra de ações subscritas pelos BI's.
5 - RESOLUÇÃO BNDE n.º 492, de 24.06.76 ASSUNTO: II	Concede a Instituições Financeiras privadas, garantia de compra de ações emitidas por empresas privadas nacionais, em razão da aumento de capital dessas empresas realizadas sob a forma de "underwriting" firme.	Aumento de capital de empresas privadas nacionais considerados viáveis pelos órgãos competentes do BNDE, após exame cuidadoso das demonstrações a ele encaminhadas pelas Instituições Financeiras responsáveis.	Bancos de Investimento e Sociedades Corretoras autorizadas a liderar operações de lançamento público de ações pelo Banco Central do Brasil - BACEN	Quando a Instituição Financeira liderar uma operação de lançamento de ações sob a forma de "underwriting" firme, isto é, garantindo a subscrição de todas as ações, o BNDE poderá por sua vez, conceder garantia de compra de ações à referida Instituição.
6 - RESOLUÇÃO BNDE n.º 493 de 15.07.76 ASSUNTOS: I e II	Regulamentação interna dos D.L. 1.452 e 1.471. Define o conceito de empresa privada nacional; determina a ocasião da perda dos benefícios por empresas inadimplentes.	Além dos projetos relativos aos setores discriminados no D.L. n.º 1.452 e os previstos na Resolução 491, reitera-se o direito para os contratos celebrados em 1975 relativos aos setores de pesquisa e mineração de metais não-ferrosos e de indústria química. Estes dois setores tinham sido beneficiados pelo D.L. n.º 1.410 de 31.07.75, o qual foi revogado pelo D.L. n.º 1.452.	BNDE ou seus Agentes.	i) Financiamentos de longo prazo ii) Subscrição de ações de empresas privadas nacionais pelos Bancos de Investimento, com ou sem contrato de revenda a acionistas da empresa.
7 - ORDEM DE SERVIÇO BNDE n.º 2 de 03.09.76 ASSUNTO: II	Baixa as "Normas Complementares Relativas ao Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional" (PROCAP).	As empresas relacionadas na Resolução n.º 491.	Bancos de Investimento privados.	BNDE contrata com Bancos de Investimento, linha de crédito rotativo pelo prazo de 10 anos para: - financiamento de subscrição, por parte dos BI's, de ações de empresas privadas nacionais (decorrentes da garantia firme outorgada a ofertas públicas dos títulos). - repasse de recursos a acionistas para a recompra de ações subscritas pelos BI's.

QUADRO XVI — Continuação

LEGISLAÇÃO	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MODALIDADE DE OPERAÇÃO
8 - DECRETO-LEI n.º 1.479 de 31.8.76 ASSUNTOS: I e II	Acrescenta ao D.L. n.º 1.452 um artigo que torna aplicável o benefício à integralização de subscrição de ações em aumentos de capital realizados por empresas executoras de projetos prioritários.	Acionistas de empresas privadas nacionais em setores prioritários enumerados no artigo 4.º do D.L. n.º 1.452 e de pequenas e médias empresas comerciais e industriais.	Instituições Financeiras sob controle do governo ou seus Agentes.	Financiamento direto pelas Instituições Financeiras controladas pelo Governo Federal, ou mediante crédito rotativo destas a seus Agentes, para integralização de subscrição de ações em aumento de capital por acionistas da própria empresa.
9 - RESOLUÇÃO n.º 497 de 30.09.76 ASSUNTOS: III e I	Normas reguladoras das operações de financiamento a acionistas através do POC para integralização de subscrição de ações decorrentes da criação de capital realizados por empresas executoras de projetos financiáveis pelo POC. Os projetos enquadráveis no D.L. n.º 1.452 e Resolução n.º 493 gozam de limitação de correção monetária.	Acionista: pessoa física residente e domiciliada no País ou empresa privada nacional de acordo com os itens I e II do Artigo 2.º do Anexo à Resolução n.º 5/75.	Bancos de Desenvolvimento Estaduais ou Regionais e Bancos Comerciais com Carteira de Desenvolvimento.	Crédito rotativo pelo prazo de 10 anos aos Bancos de Desenvolvimento Estaduais ou Regionais e Bancos Comerciais com Carteira de Desenvolvimento, para o financiamento a acionistas dentro do POC.
10 - RESOLUÇÃO BNDE n.º 498 de 11.11.76 ASSUNTO: IV	Credenciar como Agentes do BNDE as subsidiárias FIBASE, IBRASA e EMBRAMEC para efeito de repasse de recursos a serem aplicados de acordo com o disposto no D.L. n.º 1.452, aditado pelo D.L. n.º 1.479	Empresas privadas nacionais.	FIBASE, IBRASA e EMBRAMEC, subsidiárias do BNDE.	Linha de crédito rotativo, pelo prazo de 10 anos, para repassar recursos a acionistas com o fim de integralizar aumentos de capital destinados à execução de projetos prioritários.

* ASSUNTOS: I - Limitação da Correção Monetária
 II - Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional - PROCAP
 A) Operações de "Underwriting"
 B) Financiamento a Acionista
 III - Financiamento a Acionista através do POC para integralização de subscrição de ações
 IV - Credenciamento das subsidiárias (FIBASE, IBRASA, EMBRAMEC) como Agentes do BNDE para financiamento a Acionista

ELABORADO PELO BNDE/DEPLAN

•

•

•

SALDO DA ATUAÇÃO DO BNDE

•

•

•

3 - SALDO DA ATUAÇÃO DO BNDE

Observando-se o comportamento do BNDE, verifica-se que ele constituiu um fator de racionalidade na alocação da poupança nacional pois, atuando como órgão que pauta sua ação nos interesses do desenvolvimento econômico e social, canalizou seus financiamentos no sentido de fortalecer a empresa nacional disposta a firmar presença nos setores relevantes, induzindo igual conduta aos seus agentes repassadores.

Esses setores prioritários, pelas suas próprias características e estágio geralmente embrionário, não exercem atrativos a bancos privados, cujas motivações naturais nem sempre se coadunam com empreendimentos de riscos mais elevados, maior densidade e volume de capital, prazos longos de financiamento etc.

Em essência, pode-se afirmar que o traço marcante no estilo de atuar do BNDE é o seu relacionamento fecundo com o empresário nacional, no qual a perseverança em sustentá-lo e, até mesmo, entusiasamá-lo em relação ao seu empreendimento, é mais importante do que manter a clássica frieza transacional entre banco e mutuário.

Tão importante como a maciça alocação de recursos, é a forma criativa e fértil pela qual essa alocação vem sendo feita, com utilização às vezes simultânea e convergente dos múltiplos mecanismos citados neste documento, e com a disposição de assumir riscos que dificilmente seriam incorridos por qualquer instituição financeira; disposição esta apoiada na convicção de ser vital para o modelo econômico de mercado que se quer construir a criação e consolidação da grande empresa privada nacional.

Além da ação financeira, o BNDE atua em favor da empresa nacional através de seu vínculo, formal e informal, com os demais órgãos governamentais. Em suas represen-

tações junto ao Conselho Monetário Nacional, Conselho de Desenvolvimento Industrial, Conselho de Política Aduaneira, Sudene, Sudam, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, entre outros, se posiciona em coerência com sua política de financiamento.

Remontando à época de sua criação, verifica-se que o BNDE introduziu no Brasil o conceito de projeto, lançando as bases de um critério mais eficiente de seletividade de empreendimentos. O desconhecimento metodológico prevalecente no país era tal, que os próprios técnicos do Banco - eles também ainda em fase de aprendizagem - praticamente montavam o projeto para o empresário. Hoje, através de seu Sistema de Planejamento Integrado, prepara-se para evoluir no sentido de atribuir ao **programa** uma hierarquia cada vez mais relevante na política de investimentos.

O desenvolvimento é função da capacidade nacional de gerar poupança e da forma como é investida essa poupança. Nos países em estágio de desenvolvimento como o do Brasil, as opções prioritárias de investimento são exatamente aquelas mais desafiantes, o que exige uma política de desenvolvimento bem definida e órgãos executores compatíveis com a dimensão e conteúdo do desafio. Não basta investir; o mais importante é onde investir. O governo tem compromissos com a Nação e não pode menosprezar o risco de ver seu excedente econômico aplicado em "bons negócios", desprovidos de méritos econômicos e sociais.

Este é o sentido da atuação do BNDE, que tem procurado, essencialmente, cumprir com o papel de instrumento da política de desenvolvimento, financiando empreendimentos prioritários e apoiando a empresa privada nacional, em seu esforço de ocupar a posição que lhe cabe no desenvolvimento.

Órgãos como o BNDE são indispensáveis a países que pretendem trilhar os cami-

nhos do desenvolvimento econômico e social, pois seu papel de canalizador de poupança é insubstituível. Somente através deles é:

- viável estabelecer um critério nacional de prioridade para o apoio a investimentos;
- possível oferecer um suporte efetivo ao empresário nacional, tanto sob o ponto de vista financeiro (inclusive no que concerne ao custo do dinheiro), quanto qualitativo (orientação técnica, estímulo à modernização gerencial etc.).

A análise do comportamento do BNDE demonstra uma coerência constante em sua diretriz político-econômica, pela qual a sequência de prioridades obedecidas o transformou em um dos principais agentes que viabilizaram o posicionamento da empresa nacional no processo de desenvolvimento brasileiro. Isto não significa que a parcela hoje atribuída ao setor privado nacional seja satisfatória, mas sim que ao BNDE deve ser creditada grande parte do que foi alcançado.

Sem uma instituição do gênero do BNDE, seguramente a história da industrialização brasileira seria bastante diferente e o setor secundário estaria basicamente repartido entre o capital estrangeiro e o estatal. E a tendência natural da economia, se desprovida de instrumentos de planejamento, é caminhar para aquela repartição, em decorrência dos fatores resumidos a seguir.

Um dos aspectos mais característicos da atualidade econômica brasileira é a extraordinária dimensão do esforço a ser empreendido, visando ao aumento das exportações e à substituição de importações de bens para cuja produção, em condições competitivas, o País possui amplas possibilidades.

No que se refere a substituir importações, a indagação que cabe analisar é: que

parcelas das novas oportunidades de investimentos serão apropriadas, respectivamente, pelas empresas estatal, privada nacional e estrangeira? A simples observação da pauta brasileira de importações indica a nítida prevalência de dois segmentos: bens de capital e insumos básicos. Os primeiros têm por característica primordial a alta densidade de tecnologia contida no bem final, tecnologia que o País, no atual estágio, ainda não domina completamente. Os insumos básicos têm como aspecto essencial a alta densidade de capital necessária para a implantação das unidades de produção.

A propensão mais natural do perfil industrial brasileiro, no caso hipotético de seus traços se delinearem espontaneamente, seria:

- a) as empresas estrangeiras, detentoras de tecnologia de ponta desenvolvida na matriz, tenderiam a estabelecer no Brasil sucursais para o aproveitamento do mercado interno protegido, a fim de produzir toda uma gama de bens de capital, máquinas e equipamentos;
- b) as empresas estatais, de porte e detentoras de massa crítica de capital e de experiência setorial, gerencial e administrativa, tenderiam a assumir papel cada vez mais significativo no esforço de substituição de importações de insumos básicos.

Esse cenário evidencia o quão inseguras são as oportunidades de a empresa privada nacional participar efetivamente do crescimento dos setores mais dinâmicos e personificadores do controle econômico do País. Se medidas decisivas, audaciosas e pouco ortodoxas não estivessem sendo praticadas, principalmente através do BNDE, o cenário hipotético, descrito acima, poderia tornar-se realidade.

A empresa privada nacional ver-se-ia, nesse caso, confinada aos setores menos

modernos, cerceada e freada em sua evolução, pela própria natureza e pela própria dinâmica do processo substitutivo das importações, nessa nova fase.

Consciente dessa realidade, tem ativado o BNDE um conjunto de medidas e um instrumental de apoio que o converte em vigoroso baluarte à sobrevivência da empresa privada nacional, objetivando uma convivência equilibrada com a estrangeira e a estatal. Ademais, um dos resultados da ação do Banco foi o de começar a preparar a empresa nacional para competir internacionalmente, dando início à conquista do mercado externo de produtos manufaturados, o que conferirá nova dimensão ao parque industrial.

↙ Sintetizando, pode-se registrar como saldo da atuação do BNDE:

- a) viabilização do esforço nacional em superar os obstáculos que obstruíam o desenvolvimento, representados pela insuficiência de transporte, energia elétrica e produção siderúrgica;
- b) participação na implantação do diversificado conjunto de ramos industriais que personificam a própria essência do desenvolvimento econômico;

c) apoio dinâmico à formação de um empresariado nacional apto a firmar posição nos setores estratégicos da economia; liderança no incentivo à formação da grande empresa nacional;

d) suporte ágil e descentralizado às pequenas e médias empresas, responsáveis pela irradiação do desenvolvimento aos estratos mais profundos da sociedade brasileira;

e) empenho em impulsionar o desenvolvimento tecnológico do País, expandir o sistema de bancos de investimento e de desenvolvimento e atenuar os desequilíbrios regionais.

A exposição feita neste documento evidencia que, pela experiência acumulada ao longo de 25 anos, o Sistema BNDE constitui tanto um instrumento executor da política de desenvolvimento, quanto fornecedor de subsídios a essa política. Operando amplo conjunto de projetos, obtém uma visão global e, ao mesmo tempo, detalhada da economia nacional, o que o coloca em posição privilegiada como canal de diálogo entre governo e empresa nacional.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- 1) Werner Baer - "A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil".
- 2) BNDE - Relatórios de Atividades 1952 a 1976.
- 3) BNDE, Departamento de Informação e Orçamento - DEIOR: dados estatísticos e levantamentos setoriais.

.

.

.

.

ESTUDO DE CASOS

.

.



4 - ESTUDO DE CASOS

Objetiva este anexo resumir algumas operações efetuadas pelo Sistema BNDE, que exemplificam sua flexibilidade ante empreendimentos complexos, cuja viabilização, sob controle privado nacional, dependia de um apoio pouco ortodoxo.

As empresas não são identificadas, pois a finalidade principal é descrever as características da operação em si, como mecanismo de apoio ao desenvolvimento do capitalismo nacional.

CASO A

A partir de análise do setor de forjaria e fundição, o BNDE identificou a falta de uma unidade industrial extra-pesada, capaz de produzir certas peças para setores como naval, siderúrgico, elétrico e nuclear, supridos por importações.

Em face da expectativa de crescimento desses setores, a dependência ante a importação representava um ônus para o País; ademais, ao acentuado caráter estratégico da forjaria/fundição extra-pesada, somaram-se as perspectivas de exportação. A conjugação desses fatores induziu à conclusão sobre a prioridade em implantar uma empresa com capacidade de processar peças de até 120 t (forjadas) e 150 t (fundidas), em prensas de 6.000 a 8.000 toneladas. Na ocasião havia, no máximo, prensas de 2.000 t, para peças de até 25 t (forjadas) e 50 t (fundidas). Pensava-se, portanto, em dotar o País de uma empresa de porte pouco encontrado no resto do mundo.

Tal empreendimento implicava investimentos elevadíssimos, sob condições de rentabilidade não plenamente conhecidas. Havia a alternativa de realizá-lo sob a égide estatal, com argumentos econômicos e técnicos favoráveis. O BNDE propugnou, contudo, por uma solução privatizante, como

oportunidade de se projetar e elevar a dimensão de um grupo genuinamente nacional.

Procurou-se um grupo que, por sua tradição, conhecimento tecnológico e porte, pudesse assumir tal desafio, oferecendo o BNDE formas heterodoxas de apoio, que compensassem os riscos contidos no empreendimento, desprezando os critérios usuais de vínculo entre o vulto do aporte financeiro e a dimensão do cliente.

Assim, foram mobilizadas quase todas as formas de colaboração disponíveis: financiamento direto do BNDE; participação acionária da EMBRAMEC, em 50% do capital (sem direito a voto); crédito FINAME para aquisição de todo o equipamento nacional; aval para a importação de equipamentos; e financiamento a acionista. Este conjunto de mecanismos representou aproximadamente 80% do investimento (estimado em cerca de US\$ 500 milhões). Quanto aos 20% restantes, os empresários irão aplicá-los, sobretudo, nas etapas finais do investimento, utilizando os recursos gerados com o funcionamento parcial da indústria. Por outro lado, para aproveitar a vigência da correção monetária pré-fixada (final de 1975), aprovou-se a operação antes de uma série de definições importantes, tais como localização e aspectos técnicos fundamentais.

Portanto, através de um processo altamente versátil, maximizou-se a magnitude do apoio financeiro, minimizando-se a ingerência estatal no comando decisório. Note-se inclusive, nesse particular, que em relação a uma questão de crucial importância - a de localização - a posição do Banco diferiu da do empresário. Considerando, no entanto, que apesar de não julgar a melhor a escolha do empresário, ainda assim o projeto era economicamente viável, prevaleceu a posição do empresário.

CASO B

A fundição X, cliente antiga do Banco, não ocupava posição relevante em seu setor. No início dos anos 70 resolveu dar um salto, tanto em termos de escala de produção quanto em nível tecnológico, buscando atingir padrões europeus.

Para alcançar a meta pretendida, sem perda do controle acionário, o grupo empresarial necessitava de um apoio financeiro desproporcional ao seu porte e, portanto, difícil de ser oferecido por um banco que obedecesse a critérios clássicos de avaliação.

Procurando o BNDE, a empresa iniciou intensas negociações, com base apenas em um "programa de intenções", obtendo financiamento mesmo sem dispor do projeto detalhado, que foi sendo apresentado em partes, ao longo dos desembolsos.

A viabilização dos planos da empresa implicou no apoio do BNDE através de financiamento direto, prestação de aval, financiamento a acionista, crédito FINAME e encaminhamento à Finep. Esse conjunto resultou em canalização de recursos equivalente a aproximadamente 5 vezes o capital da empresa e mais de 70% do investimento, inclusive giro.

Hoje a empresa é, provavelmente, a mais moderna fundição de ferro do País, compondo, com outras unidades produtivas, um diversificado conglomerado industrial. Seu Centro de Pesquisas lhe proporciona uma capacitação tecnológica que, conjugada ao seu porte, lhe confere uma posição ímpar no setor.

CASO C

Grande indústria alemã de bens de capital, detentora de tecnologia avançada, decidiu se instalar no Brasil. Ao tomar conhecimento dessa decisão, importante empresa

nacional, já operando no setor, procurou o BNDE na primeira metade dos anos 70, com o objetivo de obter cobertura para sua tentativa de associação com o investidor estrangeiro, permitindo, assim, acesso nacional ao controle do empreendimento, inclusive quanto aos seus aspectos tecnológicos.

A ação do Banco permitiu concretizar os propósitos do grupo brasileiro, garantindo, ainda, a maioria nacional no capital da empresa, devido à pequena participação acionária do BNDE. A operação total foi composta de financiamento ao investimento, prestação de aval, financiamento ao acionista nacional e participação acionária do Banco, totalizando elevado percentual do montante transacionado.

CASO D

Pequena indústria, do ramo de insumos siderúrgicos, manifestou ao Banco intenção de se expandir. Estimulando a empresa a ampliar substancialmente seus propósitos iniciais, o BNDE colaborou na elaboração de um programa ambicioso.

A concretização do programa demandava um aporte financeiro extremamente alto em relação ao capital, patrimônio e grau de endividamento da empresa, fixando-se a níveis inaceitáveis em termos bancários, devido aos baixos índices de garantia. Essa atitude do Banco fundamentou-se na capacidade empresarial demonstrada pelo grupo e na convicção de que o projeto iria preencher um espaço vazio na economia brasileira.

Assim, ofereceu-se financiamento ao investimento, aval à importação de equipamento e financiamento à **holding**. Este é um caso típico de empresa que recebeu sucessivos apoios do Banco, sendo o primeiro ainda no âmbito do Fipeme, até assumir a posição atual.

CASO E

Um grupo nacional de pequeno porte decidiu empreender um projeto de reflorestamento, utilizando os então recém-criados incentivos fiscais, com o objetivo de posteriormente montar um projeto de celulose, voltado para exportação. A esse núcleo inicial juntou-se um vasto número de acionistas de várias dimensões e origens setoriais. Faltando esquema financeiro suficiente para promover a implantação da unidade produtiva, na escala desejada, procurou-se o apoio de agência internacional de crédito. Após longas negociações, essa agência manifestou descrença quanto à possibilidade de êxito de uma fábrica de celulose, de dimensão tão elevada, em país não desenvolvido.

Assumiu então o BNDE o financiamento do empreendimento, pois dificilmente seria possível dispor de outra fonte interna de recursos apta a absorver os valores extremamente altos do investimento, sob diversas modalidades operacionais; isto é, a modalidade "participação acionária" permitiu a alocação de recursos, sem incidir sobre o endividamento da empresa.

A viabilização do projeto resultou de um diversificado conjunto de mecanismos de apoio, incluindo financiamento do Banco, participação acionária via FIBASE (ações preferenciais), participação acionária do BNDE, aval "stand by" para eventuais empréstimos e crédito "stand by" (como reserva, caso não houvesse solução para outros itens do investimento).

Além da fábrica em si, o Sistema BNDE canalizou recursos para o resto do complexo, incluindo equipamento urbano, sistema de captação de águas, porto especializado e Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. À época de aprovação do contrato, poucos detalhes do empreendimento estavam definidos, a não ser o projeto específico da unidade de celulose.

O aporte do Sistema BNDE representou aproximadamente 75% do investimento total, estimado em US\$ 560 milhões, que conta com participação minoritária de capital estrangeiro.

CASO F

A criação de uma base científico-industrial capaz de desenvolver "know-how" de fabricação de componentes eletrônicos, teve como marco inicial a implantação, em 1969, do laboratório de Microeletrônica na Escola Politécnica da USP, que recebeu do Funtec vultosos recursos a fundo perdido.

Em 1974, com a implantação da primeira empresa nacional produtora de diodos e transistores, o "know how" desenvolvido por aquela entidade de pesquisa apresentou suas primeiras aplicações produtivas, propiciando a substituição de importações.

Esta empresa não possuía nenhuma experiência no setor, aceitando o Banco correr os riscos decorrentes do esforço de absorção tecnológica que o grupo necessitava fazer. Neste sentido, agiu o Banco como catalizador para que o grupo recebesse assistência técnica do laboratório de microeletrônica para a implantação da unidade industrial.

Mais recentemente, vem se capacitando a produzir componentes eletrônicos de maior sofisticação, firmando contratos com a USP com a colaboração do Funtec, que também financiou a implantação de laboratório próprio da empresa, em condições fortemente subsidiadas, para adaptação do "know how" às suas linhas produtivas.

Portanto, a partir de um amplo apoio do BNDE, foi possível criar tecnologia em uma instituição de pesquisa e garantir a uma empresa nacional as condições necessárias para aproveitar industrialmente os resultados obtidos. Como é natural em processos desse tipo, inúmeras dificuldades foram enfrentadas pela empresa, mantendo o Banco uma atitude flexível, consciente do potencial deste empreendimento.

RELATÓRIO CONCLUSIVO

5 - RELATÓRIO CONCLUSIVO

Este trabalho se baseia nos relatórios elaborados pelos grupos e nas anotações efetuadas durante a reunião plenária.

Em relação a cada item do roteiro utilizado no seminário, redigiu-se um texto que corresponde à síntese das posições assumidas pelos grupos. Registraram-se, também, posicionamentos não coincidentes com a conclusão prevalecente, quando adotados por grupo ou individualmente por participante.

A - ASPECTOS GERAIS

Além de registrar sua posição ante os itens que compõem o roteiro de trabalho distribuído, alguns grupos abordaram pontos de ordem geral que refletem o consenso obtido ao longo dos debates. Esses pontos são mencionados a seguir.

GRUPO I - Houve concordância entre os membros do grupo em relação aos seguintes aspectos:

- a) foi decisiva a importância do BNDE no processo do desenvolvimento nacional;
- b) o desempenho do Banco tem sido altamente satisfatório, fazendo jus ao reconhecimento e ao respeito das empresas nacionais;
- c) em face de "a" e "b", são irrelevantes e não merecem registro as pequenas discordâncias quanto a uma

ou outra das expressões utilizadas no texto, desde que haja concordância quanto à essência e ao sentido geral.

O grupo registrou, entretanto, sua frustração pelo fato de restringir-se o trabalho à avaliação do desempenho do BNDE, em relação ao qual não há discordâncias fundamentais. Na verdade, a maior parte do tempo foi consumida pela descrição de temas de política econômica e social, que, embora externos ao BNDE, condicionam sua atuação.

Sugeriu o grupo, em consequência, que, quando oportuno, o BNDE promova Seminário de âmbito mais amplo, que inclua a "moldura" em que se enquadra sua atuação, para o efeito de examinar-se, onde couber, a conveniência de rever rumos e objetivos.

Com relação ao desempenho do BNDE, duas observações de caráter geral mereceram ainda menção:

- a) **CAPITALIZAÇÃO** - O endividamento excessivo das empresas constitui problema fundamental. É imperioso que o BNDE, a par da política de financiamentos com correção monetária reduzida, expanda substancialmente os programas e os mecanismos de capitalização.
- b) **DESCENTRALIZAÇÃO** - O Banco deve acentuar sua política de descentralização, caminhando, progressivamente e quanto possível, para transformar-se em Banco de segunda linha. As solicitações individuais devem ser decididas, quanto possível, por quem esteja situado na proximidade do problema a resolver e dos

fatos a examinar. A especificidade e a peculiarização das decisões e a consideração de determinadas prioridades regionais serão melhor atendidas mediante a utilização ainda mais ampla e corajosa dos agentes regionais e locais do Sistema - bancos de desenvolvimento e bancos de investimento qualificados - observadas as diretrizes, as normas e as exigências estabelecidas pelo Banco.

GRUPO II - O grupo considerou a evolução da economia brasileira na direção de uma moderna sociedade industrial, cuja característica fundamental é a presença de empresas de grande porte, onde a dimensão da escala industrial é determinada pelas economias de escala (indispensáveis ao processo de competição internacional, numa economia aberta) e pelos problemas vinculados ao desenvolvimento tecnológico.

Ao longo do processo de industrialização nacional, o grupo registrou os efeitos da inflação na formação de capital, admitindo que uma inflação moderada poderá propiciar alguma transferência de renda no sentido de elevar a poupança e favorecer a taxa de investimentos. Entretanto, uma inflação aguda, sem dúvida nenhuma, destrói o mecanismo de transferências e produz efeitos altamente negativos sobre o nível das poupanças e a qualidade dos investimentos.

Nesse contexto, o grupo reconheceu que, de um modo geral, o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, assim como em outros países, não se fez exclusivamente à base de poupanças voluntárias.

Discutiu-se o problema da concentração da poupança em algumas instituições oficiais: Secretaria de Planejamento, Banco Central, BNDE, Banco do Brasil, BNH e Caixas Econômicas, principalmente, concluindo-se que, no grau a que atingiu, essa concentração induz ao capitalismo de Estado.

Sugeriu-se, em consequência, que o Governo deveria promover a sua descentralização.

Abordou-se a questão "Financiamentos versus Capitalização", havendo unanimidade em reconhecer que a ênfase no financiamento é, em grande parte, decorrência do sistema de concentração da poupança. O ideal, no âmbito das empresas, é que importante parcela dos lucros seja estimulada a se transformar em capital. Atualmente, está ocorrendo que os lucros são tributados e o resultado dessa tributação (Imposto de Renda, IOF, FGTS, PIS, PASEP etc.) é transformado em financiamento.

O grupo reconheceu que a criação do BNDE constituiu marco importante no processo de industrialização nacional e, também, que ao longo de sua existência, constantes mudanças foram efetuadas nas modalidades operacionais do Banco, adaptando-o à própria evolução da economia brasileira.

Assim, reconheceu-se três fases importantes na vida do BNDE:

- 1.ª Fase - dedicada à infra-estrutura: energia, transporte e comunicação;
- 2.ª Fase - apoio à indústria de transformação, especialmente à siderurgia, assim como ao financiamento de longo prazo para investimentos fixos de bens de capital (FINAME) e à tecnologia (Funtec);
- 3.ª Fase - incentivo à indústria privada de grande porte e estímulo à empresa nacional na ocupação dos "espaços vazios", bem como apoio à indústria de bens de capital e insumos básicos, através de projetos de impacto direto no balanço de pagamentos.

Admitiu-se como positiva a ampliação da área de atuação do Banco, na direção da capitalização das empresas nacionais (EMBRAMEC, FIBASE e IBRASA).

GRUPO III - Anteriormente à discussão específica de cada quesito apresentado, o grupo considerou indispensável tecer algumas considerações iniciais sobre os próprios critérios de avaliação do BNDE, sugeridos pelos quesitos constantes do roteiro.

A observação fundamental, e que contou com o consenso, é a de que o relatório apresentado aos participantes e os próprios quesitos conduziam a uma avaliação do comportamento do Banco relativamente restrita e voltada para dentro da Instituição, destacando, principalmente, os aspectos operacionais. Em outras palavras, o material distribuído, aparentemente, propunha uma avaliação do BNDE, admitindo como dados os demais instrumentos de política econômica e, em particular, aqueles que dizem respeito à política de desenvolvimento industrial, ao mercado de capitais, setor externo etc. A impressão foi a de que os elementos apresentados no relatório e o conteúdo do roteiro sugeriam uma avaliação intermediária, concentrada em aspectos de eficiência operacional do Banco no contexto institucional em que o mesmo está inserido, muito mais do que uma consideração de eficácia, diretamente relacionada com os objetivos e características do desenvolvimento econômico do País, considerados desejáveis.

Nessas condições, a resposta mais adequada à maioria dos quesitos apresentados provavelmente implicaria na formulação de alternativas não consideradas (Critério Outra Alternativa), com referência freqüente às distorções ou inadequações identificadas a nível da política econômica como um todo. Desse modo, optou-se pela colocação preliminar de algumas observações gerais relativas ao contexto mais amplo, de modo a se concentrar, posteriormente, a avaliação dos quesitos mais especificamente na atuação operacional do Banco, admitidos, portanto, como exógenos a essa avaliação os demais instrumentos de política econômica. Muito

embora em alguns dos quesitos tenha sido impossível deixar de considerar totalmente esses outros aspectos, a avaliação final das posições assumidas pelo grupo não pode ignorar a hipótese de trabalho adotada e acima identificada.

Várias foram as considerações iniciais apresentadas. Identifica-se, entretanto, um ponto fundamental, que aparentemente teve o consenso de todo o grupo, e que diz respeito àqueles fatores e distorções que, presentemente, dificultam ou inibem o acesso da empresa privada nacional ao mercado de capitais, quanto à sua possibilidade de obter recursos de capital de risco para ampliação de suas atividades. Nesse contexto fica claro que a ampliação da oferta de recursos de capital de empréstimo, ainda que a longo prazo e, eventualmente, a juros favorecidos, não constitui condição suficiente para viabilizar o desenvolvimento da empresa privada nacional, que se acredita indispensável à manutenção de um sistema de economia de mercado para a economia brasileira.

Relacionadas ou não com essa observação geral, é de se registrar as seguintes observações apresentadas pelos participantes, anteriormente à resposta aos quesitos:

- a) registrou-se, inicialmente, o elogio unânime à iniciativa do BNDE em promover o Seminário de Avaliação, seja pela ampla exposição de seus programas à crítica de vários elementos representativos do setor privado e de várias áreas de atividades, seja pelo que a iniciativa permite identificar em termos de atitude e disposição de identificar pontos menos desejáveis e de inovar sempre que necessário;
- b) o BNDE é a mais importante fonte de recursos para financiamento de investimentos privados existente no

país e a única existente em termos de financiamento a longo prazo para investimentos na indústria de transformação, com base em recursos de poupança interna;

- c) essa posição de predominância do BNDE, entre outros fatores, está essencialmente ligada à sua posição de administrador de recursos de fundos de poupança forçada, canalizados para o setor público;
- d) a existência e ampliação da oferta de recursos de capital de empréstimo de longo prazo de amortização, mesmo que eventualmente a taxas favorecidas, não constitui condição suficiente para viabilizar o desenvolvimento da empresa privada nacional;
- e) a análise do mercado de capitais no Brasil, conquanto permita identificar a criação de um conjunto de instrumentos de captação de poupança interna, compulsória ou voluntária, que teve grande sucesso na elevação substancial nas taxas de poupança, conduz também à observação de que, presentemente, existe um conjunto de distorções e fatores dificultando substancialmente o acesso da empresa privada nacional a recursos de capital de risco;
- f) conquanto não tenha havido exame exaustivo por parte do grupo e sequer tenha sido submetido ao consenso, registrou-se que alguns desses fatores de distorções se relacionam às próprias condições oferecidas por instrumentos de captação da poupança voluntária, direcionando parcela extremamente significativa da mesma ao setor público; em outras palavras, o próprio setor público criou alternativas de aplicação de poupança cujas taxas de retorno, conjuga-

das à garantia oficial (risco quase nulo) e elevada liquidez, estabelecem patamar muito elevado de taxas de juros, provavelmente incompatíveis com a remuneração que pode ser oferecida pelo setor privado, por aplicações de maior risco e menor liquidez, limitada esta, como é óbvio, à taxa de retorno privada dos investimentos; o tratamento tributário dos ganhos de capital, especialmente os ligados à valorização imobiliária, também foi apontado como um dos fatores de distorção do mercado de capitais;

- g) desse modo, considera-se essencial que o exame do problema do financiamento da empresa privada nacional leve em conta a criação de mecanismos e eliminação de distorções, de modo a permitir a obtenção de recursos de capital de risco. Incidentalmente, observou-se, também, que alguns dos mecanismos criados pelo BNDE, especialmente aqueles que envolvem repasses a juros subsidiados e outros que visam suprir deficiências de capitalização das empresas, decorrem da constatação de existência dos problemas acima mencionados, essencialmente ligados à insuficiente capitalização da empresa nacional;
- h) como observações gerais, ainda quanto ao Relatório apresentado, registrou-se a ausência de análises ligadas às origens de recursos do BNDE e ao seu posicionamento e grau de coerência no contexto da política econômica e financeira do sistema financeiro nacional.

GRUPO IV - Inicialmente procedeu à análise da situação atual e das transformações econômicas dos últimos vinte e cinco anos, para

melhor caracterizar e qualificar os papéis desempenhados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. As conclusões decorrentes dessa análise estão explicitadas a seguir.

Enquanto não tivermos um mercado de capitais organizado, capaz de prover recursos de longo prazo, seja através do mercado de ações ou através do mercado de debêntures, o BNDE continuará sendo o único mecanismo habilitado a conceder financiamento de longo prazo às empresas.

Daí resulta a posição monopolística do BNDE nesse tipo de crédito, o que pode gerar incompreensões e conflitos com o setor privado, particularmente no que se refere ao critério de alocação de recursos, uma vez que o BNDE, como instituição financeira pública, atende a prioridades de ordem nacional, utilizando-se de critérios de avaliação social. Por sua vez, as empresas privadas se orientam pelo livre jogo das forças do mercado.

De qualquer modo, o BNDE, com a atual dotação de recursos, atende a cerca de dez por cento (10%) do financiamento da formação bruta de capital fixo da Nação. É importante salientar que, desses dez por cento da formação de capital, 80 por cento são dirigidos para o setor privado nacional.

Vale dizer também que, na tendência recente de sua evolução, o BNDE, apesar de dispor de recursos da poupança compulsória, atende prioritariamente ao setor privado nacional. Os recursos aplicados em 1976 devem representar 20% da formação de capital do setor privado. Como foram orientados para setores do empresariado nacional, corresponde a um apoio substancial, a juros subsidiados, ao fortalecimento da posição de mercado do empresariado privado nacional, em setores básicos para a economia e onde a concorrência estrangeira é acionada.

Apesar do apoio do BNDE, a carga financeira das empresas que recorrem ao

financiamento de longo prazo é alta, na medida em que as suas taxas de acumulação de capital e ampliação da capacidade produtiva são também muito elevadas. Em nenhum país do mundo as empresas conseguem acompanhar um acelerado ritmo de crescimento econômico sem se endividar.

Por conseguinte, as reclamações dos empresários parecem prender-se a dois pontos: o volume corrente da dívida que se acentua com a situação inflacionária e o problema da reserva de mercado. Ambos os problemas transcendem, no entanto, a esfera do BNDE. No que se refere ao primeiro problema, é da responsabilidade da política monetária e financeira global do Governo. No tocante ao segundo problema, só o setor de bens de capital por encomenda, em suas relações com o setor público, poderia ter essa garantia de mercado.

Mas, para resolver este último problema, que requer o entrosamento entre as várias agências do setor público, o BNDE é hoje, por força de sua trajetória de apoio ao setor privado, um órgão de expressão relativa pouco significativa no financiamento de grandes projetos industriais. E, conseqüentemente, com pouco poder de barganha em relação a eles, de modo particular em face das empresas públicas, auto-suficientes em matéria de recursos internos e externos.

Quanto ao problema de capitalização da empresa privada nacional, afora a retenção de lucros e a participação acionária do BNDE ou de bancos de investimentos, a possibilidade de operação de um mercado aberto de capitais parece ser inviável na atual situação inflacionária do país. Cabe lembrar mais uma vez que mesmo os países como os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, onde tais mercados possuem solidez e diversificação conhecidas, o aporte do mercado de capitais à ampliação do capital das empresas não ultrapassa dez por cento. É o que acontece, por exemplo, num mercado de mais fôlego,

como o dos EUA. Em outros, essa contribuição não passa de sete por cento.

Para finalizar, é preciso lembrar que o montante global de recursos do BNDE mal dá para atender aos setores prioritários - insumos básicos e bens de capital. Assim, o reconhecimento de outras prioridades nacionais - tais como desequilíbrios regionais, agroindústria e pequena e média empresa - fica naturalmente prejudicado no âmbito do BNDE, em virtude da disponibilidade limitada de recursos financeiros, conquanto esses outros setores prioritários tenham e venham se constituindo em preocupação do BNDE.

B - CONCLUSÕES SOBRE OS ITENS DEBATIDOS

I - Comportamento Operacional

Sintetizando a média do posicionamento dos grupos, cabe o texto abaixo:

A diversificação operacional verificada a partir de meados da década de 60 revela o comportamento ágil do Banco, e sesubstanciou em termos de programas e fundos instituídos, modalidades operacionais, subsidiárias etc. Através desta diversificação, o Sistema BNDE contribuiu para a evolução do capitalismo nacional e ofereceu ao empresário suporte que se aproxima de suas aspirações de crescimento.

As seguintes observações foram feitas por um dos grupos:

- a orientação doutrinária tem sido adequada aos interesses nacionais;

- operacionalmente, é correta a posição do BNDE como financiador dos grandes projetos nacionais;

- é necessário ampliar a tendência recente de uma apropriação de recursos relativamente maior ao setor privado nacional;

- é imprescindível o aprofundamento do processo de descentralização de decisões com respeito à alocação de recursos, com o objetivo de atender peculiaridades regionais e diferenças de escala entre empresas. Essa descentralização de decisões deveria ser feita através da incorporação de um maior número de agentes privados e públicos e da concessão de maior autonomia.

II - Prioridades Atuais

As atuais prioridades setoriais (equipamentos e insumos básicos) são compatíveis com o desenvolvimento nacional, refletindo o desafio maior enfrentado pelo País no momento, decorrente da insuficiente produção daqueles bens que vêm onerando a pauta de importações. A substituição dessas importações (respeitando os princípios da rentabilidade econômica) e, até mesmo, a geração de excedentes exportáveis, afigura-se como alternativa político-econômica mais evidente. Contudo, maior ênfase deveria ser atribuída ao desenvolvimento tecnológico e, segundo um dos grupos, à agroindústria.

Convém ressaltar que os mecanismos instituídos pelo BNDE são insuficientes, por si só, para gerar efeitos decisivos, pois a viabilização dos investimentos depende também de outros instrumentos de apoio do Governo. Há evidências de falta de coordenação e

coerência entre a política de financiamento do BNDE e, por exemplo, as políticas de compras das grandes empresas estatais, de industrialização em geral e de capital estrangeiro. Assim, uma série de contradições torna, às vezes, o trabalho do BNDE improdutivo, embora louvável em si.

III - Transformações na Economia Nacional

Parte das transformações ocorridas na economia nacional, principalmente no setor industrial, pode ser creditada ao BNDE, não apenas pelos recursos aplicados, mas também pelo relacionamento dinâmico com o empresário. Pode-se caracterizar como fundamental a atuação do BNDE na implantação de ramos da infra-estrutura, na década de 50, e, posteriormente, de segmentos industriais básicos, viabilizando a presença da empresa nacional. Sem a massa crítica do Banco, certos setores não estariam implantados, ou exibiriam outra fisionomia, em termos de controle acionário. Por intermédio do Sistema BNDE, estão se formando e mantendo sob controle privado interno empresas em setores chaves da indústria.

Houve equipe que considerou insatisfatório o apoio oferecido a alguns setores como, por exemplo, agroindústria, com grande potencial exportador.

Com referência a um trecho da versão original deste item, que menciona a existência de "espaços vazios na economia nacional", estabeleceu-se, em plenário, um debate entre os participantes, do qual destacam-se os tópicos abaixo.

- Na estrutura industrial brasileira não há nenhum espaço vazio, está tudo absolutamente repleto. Concorrem no mercado dezenas de milhares de empresários nacionais de todos os tamanhos, centenas de empresários inter-

nacionais e algumas empresas públicas que competem entre si. Havendo espaços cheios demais, a indústria tenderá a um processo de concentração e a briga não será para ocupar espaços vazios, mas sim para ver quem permanece no mercado. Praticamente, há oferecimento de empresário para tudo, menos naqueles segmentos onde, o risco e o capital são altíssimos; nesses os oferecimentos são escassos e o próprio estado não dá conta do que tem a fazer. Há espaço vazio, isto sim, na agricultura, na agroindústria e nas matérias-primas. Nos últimos cinco anos, a entrada de registro de empresas, por exemplo, para o setor de bens de capital é inacreditavelmente alto.

- Há várias interpretações para o conceito de espaço vazio; necessitamos estabelecer qual está sendo usado neste debate. Trata-se de decidir quem vai ocupar um espaço anteriormente ocupado pela importação? É um conceito de espaço vazio. Faz-se indispensável a existência de uma regra de jogo, definindo quem preencherá esse espaço: se é a empresa privada nacional, se é a multinacional, ou se é a estatal. A Resolução n.º 9 procura disciplinar os critérios. Há muitos outros conceitos de espaço vazio.
- Esses setores onde há intenção de preencher espaço, via substituição de importações, já dispõem de empresas suficientes para cumprir tal objetivo.

IV - Saldo da Atuação

O BNDE constitui importante ponto de apoio à empresa privada nacional, pois a evolução da economia brasileira tende a favorecer o crescimento das empresas estrangeiras e estatais. Os setores mais dinamizados por uma política de rápida substituição

de importações são os de capital intensivo e tecnologia sofisticada, naturalmente mais acessíveis às multinacionais e estatais.

A ação exercida e o tipo de apoio oferecido pelo Sistema BNDE indicam um empenho em ajudar a conferir ao empresário nacional poder de competir e se posicionar naqueles ramos produtivos mencionados, além dos outros onde sua tradicional predominância deve ser consolidada.

Portanto, a gestão de parcela da poupança nacional por parte do Sistema BNDE constitui um fator de privatização da economia, em termos de empresário brasileiro, conforme demonstra a predominância do setor privado entre seus clientes. Sua flexibilidade operacional resulta em um gênero de apoio à empresa privada impossível de ser oferecido por outra instituição de crédito, nas atuais circunstâncias.

Houve grupo que justificou a importância do BNDE como ponto de apoio à empresa privada, pela falta de alternativa ao empresário, que não dispõe, inclusive, de um mercado de capitais adequado. Outro grupo ressaltou que a carência de uma política industrial coerente e as alterações inesperadas na implantação de importantes projetos nacionais criam um clima de incerteza que acentua ainda mais o significado do apoio do BNDE.

V - Apoio a Projetos Complexos

Com base em estudo de casos apresentados, todos os grupos consideraram conveniente o procedimento adotado pelo Banco, pouco ortodoxo em relação às práticas bancárias, quando necessário à viabilização de complexos projetos sob controle privado nacional. Nesse sentido, o apoio do Banco foi vital aos empreendimentos relatados.

Houve concordância quanto à impossibilidade de obter-se no sistema financeiro privado, nacional e internacional, o tipo de apoio concedido pelo BNDE em tais ocasiões.

VI - Participação Acionária

Todos os grupos consideraram a criação da EMBRAMEC, FIBASE e IBRASA uma iniciativa pioneira, de grande significado como instrumento de fortalecimento da empresa privada nacional. Ademais, várias observações foram feitas, entre as quais destacam-se as seguintes:

- a) ainda não há tempo útil para avaliar o comportamento dessas subsidiárias;
- b) há a probabilidade de surgirem dificuldades na absorção das ações pelo mercado, quando as subsidiárias se retirarem do capital das empresas;
- c) em relação à FIBASE justifica-se esse tipo de apoio, dadas as características do setor onde atua; entretanto, no caso das demais subsidiárias, o suporte ao capital acionário poderia ser feito de forma descentralizada, através de estímulos fiscais aos "underwritings", envolvendo as instituições financeiras privadas;
- d) do ponto de vista da privatização, o BNDE deve manter e reforçar a orientação no sentido de minimizar a interferência na gestão das empresas, limitando-se a um papel no Conselho de Administração das empresas, onde são aprovados os aspectos mais fundamentais;
- e) os mecanismos Finac e Procap poderiam constituir alternativas mais vantajosas, sob o ponto de vista da privatização e descentralização. Contudo, esses dois programas estão sofrendo limitações, decorrentes das garantias exigidas e dos excessivos riscos atribuídos aos bancos de investimento; reconhece-se que as deficiências básicas se localizam na

estrutura do mercado de capitais e na legislação referente ao processo de capitalização;

- f) Procap e Finac têm o seu lugar, mas constituem mecanismos diferentes das subsidiárias; o Finac também possui uma conotação de endividamento do empresário, não chegando a resolver o fundo da questão; e o Procap ainda está sendo testado, com resistência dos bancos de investimento;
- g) devido à falta de apoio à formação de capital próprio das empresas, e à inexistência de mercado acionário, as subsidiárias do BNDE constituem contribuição excepcional e corajosa; nesse momento não há nenhum outro mecanismo disponível para o empresário nacional.

VII - Ação da FINAME

Houve consenso quanto ao papel fundamental desempenhado pela FINAME no desenvolvimento do setor de bens de capital, aprovando-se o seguinte texto:

- * Um dos fatores primordiais para a consolidação das indústrias implantadas no País é a garantia de mercado. Esta verdade é mais nítida no caso das fabricantes de máquinas e equipamentos, pois os financiamentos externos induzem à compra no exterior de equipamentos produzidos no País, mas desamparados de créditos baratos e de longo prazo, para sua venda. A fim de neutralizar essa tendência, dando maior poder de competição à indústria nacional, foi criada a FINAME, que vem desempenhando papel fundamental no desenvolvimento do setor de bens de capital, contribuindo para a consolidação do mercado de equipamentos nacionais. O número

de operações aprovadas e o incremento anual dos créditos concedidos atestam esta convicção, refletindo, ainda, elevada agilidade operacional.

VIII - Ação do FMRI

Houve concordância quanto à validade da preocupação em elevar o poder de competição das empresas privadas nacionais, sobretudo as localizadas nos setores tradicionais, através do aumento de escala (mediante fusão e incorporação de grupos) e da recuperação daquelas potencialmente dinâmicas, mas com problemas financeiros e estruturais que ameaçam sua sobrevivência e a própria nacionalização do setor. Registram-se as seguintes apreciações sobre a ação do FMRI:

- a) o BNDE não deve incluir o FMRI no quadro de suas atividades principais mas, sim, atuar de forma esporádica, complementar e através de agentes;
- b) a ação do FMRI não tem surtido o efeito esperado, não solucionando, em muitos casos, o problema da empresa;
- c) as informações oferecidas aos participantes do Seminário não são suficientes para se proceder a uma avaliação do desempenho do FMRI;
- d) o FMRI cumpre satisfatoriamente com seus objetivos.

IX - Ação do Funtec

Foi unânime a conclusão de que o BNDE decidiu acertadamente ao oferecer apoio subsidiado à capacitação tecnológica, sem a qual não há desenvolvimento autêntico. Embora haja predominado opinião favorável quanto à atual política do Funtec, baseada na capacitação das empresas nacionais, determinados grupos observaram que:

- a) a ação do Funtec ainda é insuficiente e deveria cobrir faixas mais amplas, assumindo riscos maiores e alocando volume de recursos superior;
- b) deveria haver maior coordenação entre as entidades envolvidas na área de desenvolvimento tecnológico.

X - Sistema de Bancos de Investimento e de Desenvolvimento

Registrou-se a decisiva influência do BNDE sobre a expansão do sistema de bancos de investimento e de desenvolvimento, através dos repasses efetuados por BNDE/FINAME, que contribuíram para o aprimoramento operacional desses bancos. Os repasses aumentaram acentuadamente entre 1965/76, refletindo uma tendência descentralizante por parte do BNDE. Algumas considerações, no entanto, partiram dos grupos, entre as quais:

- a) a ênfase descentralizante deveria ser mais acentuada, no sentido de ampliar a regionalização dos critérios de prioridade, atribuindo-se aos agentes maior delegação;
- b) a atuação do BNDE representa, principalmente, uma descentralização das aplicações e não tanto da captação de recursos, pois tanto os bancos de investimento como os estaduais de desenvolvimento não dispõem suficientemente de instrumentos próprios de captação de poupança compatíveis com financiamento a longo prazo.

Debateu-se o papel dos bancos de investimento (BI's) no contexto do financiamento de longo prazo, havendo quem questionasse o seu desempenho como agente sensível às prioridades do desenvolvimento econômico. Entre os argumentos apresenta-

dos durante o debate, foram registrados os seguintes:

- a) Em grande número de casos, os BI's são criados para atender somente aos interesses dos conglomerados a que pertencem.
- b) Existem grupos empresariais que conseguiram se expandir com base no mercado de capitais e no apoio dos bancos de investimento. Em termos gerais, os BI's não estão conseguindo exercer plenamente o seu papel; contudo, existem casos concretos em que a capitalização da empresa nacional foi conseguida através desses bancos.
- c) O maior problema dos BI's é que a poupança de longo prazo está concentrada através da poupança compulsória e governamental. Deveria ser montado em esquema pelo qual a captação continuasse como está - pois no atual estágio da economia brasileira não há alternativa -, mas a aplicação fosse descentralizada.
- d) Existem alguns BI's com mentalidade de banco de investimento, mas a maioria são verdadeiros cartórios financeiros.
- e) A escassez de bons bancos de investimento prejudica o objetivo, almejado por todos, de se criar um canal privado de captação e condução da poupança. A inexistência de um sistema de empresas financeiras privadas realmente respeitáveis e eficientes impede, por algum tempo, o alcance desse objetivo. Daí o risco de que certas sugestões nesse sentido enfraqueçam, o único canal eficiente, disponível na economia brasileira, para captar e direcionar recursos e, até mesmo, regenerar os bancos de investimento privados: o BNDE.

- f) Os BI's não chegaram a provar, realmente, suas possibilidades dentro do sistema financeiro. Ainda é cedo para se fazer um julgamento, pois esses bancos não tiveram oportunidade de demonstrar para que vieram.
- g) Banco de investimento é empresa financeira e, como tal, deve ter lucro. Seu apoio à indústria está condicionado à compatibilidade entre as necessidades do empreendimento a ser financiado e a rentabilidade dessa empresa financeira. Não é um banco público de desenvolvimento econômico, que pode aplicar recursos a fundo perdido.
- h) A razão estrutural dos problemas verificados não se localiza na má gestão dos BI's; na verdade, não existe uma faixa de mercado para eles.
- i) Falta aos BI's uma carteira de redeconto, que daria liquidez às suas operações. Com esse instrumento - que funcionou durante dois meses, sendo extinto no governo anterior - os BI's poderiam atuar melhor.
- j) Os BI's foram criados sob uma legislação bastante híbrida; eles são, ao mesmo tempo, bancos de desenvolvimento, "investment bank", no sentido americano, e, ainda, contêm muito de financeiras. Há uma incompreensão bastante grande quanto ao papel desses bancos, tanto por parte de seus próprios administradores quanto das autoridades. Quando houver maior grau de compreensão eles poderão desempenhar um papel relevante.

XI - Crescimento das Aplicações

Todos os grupos consideraram insuficiente, em relação às necessidades de finan-

ciamento a longo prazo, o crescimento das aplicações do Sistema BNDE, no último decênio. Segundo um dos grupos, o Banco vinha perdendo sua posição relativa na oferta global de crédito do sistema financeiro, e a incorporação dos recursos do PIS/PASEP apenas serviu para que o BNDE retomasse sua participação relativa (equivalente a 1964).

A necessidade de aumentar, em termos reais, os recursos oferecidos pelo Sistema BNDE deve, de acordo com um dos grupos, levar em conta a política monetária, sob seu ângulo antiinflacionário.

XII - Condições de Financiamento

Prevaleceu a opinião de que as condições de financiamento praticadas pelo BNDE não são plenamente compatíveis com suas finalidades, embora coerentes com as fontes de recursos de que dispõe. Entretanto, ainda assim constituem as mais favoráveis do mercado financeiro nacional.

Referiu-se um grupo à necessidade de haver coordenação entre as condições de financiamento e as políticas tarifárias e de controle de preços que, muitas vezes, alteram a rentabilidade da empresa.

XIII - Risco dos Empreendimentos

Dos cinco grupos, quatro interpretaram como apropriada a um banco de desenvolvimento a atitude do BNDE ante o risco inerente aos investimentos que apóia. Um grupo considerou tímido o comportamento do Banco a esse respeito, devido às garantias exigidas na concessão de financiamento; para os fins de fomento, dever-se-ia atribuir maior ponderação às perspectivas futuras dos empreendimentos do que às garantias hipotecárias atuais.

XIV - Pequenas e Médias Empresas

Verificou-se grande dispersão de opiniões a respeito do apoio do BNDE às peque-

nas e médias empresas. Para uns, a ação do Banco foi satisfatória, devendo se exercer sempre através de repasses. Para outros, o Banco deveria se concentrar apenas nos grandes empreendimentos, criando-se uma instituição especializada no atendimento às unidades de pequeno porte. Houve, ainda, quem considerasse essencial uma atuação mais intensa do Banco junto a esse segmento, sempre sob o mecanismo de repasse a agentes.

Com referência a essas três posições debatidas em plenário, foram abordados os seguintes tópicos:

- a) o Sistema BNDE não deve concentrar-se junto às pequenas e médias empresas, tanto em face da limitação de recursos geridos, como pela inadequação de sua estrutura para o relacionamento com esses empresários;
- b) o BNDE não atua diretamente nesse segmento empresarial; todos os seus financiamentos são concedidos, atualmente, através de repasses a agentes, por intermédio do Programa de Operações Conjuntas (POC); desta forma, supera-se possíveis inadequações ao relacionamento com os pequenos e médios empresários;
- c) os critérios de prioridade praticados pelo BNDE em seus repasses não são suficientemente regionalizados; assim, certos empreendimentos de menor porte, relevantes para a economia local, não se enquadram nas ênfases do POC;
- d) deveria ser criado um sistema regional para financiamento à pequena e média empresa, com taxas de juros ainda mais subsidiadas, atendendo às peculiaridades de cada área;
- e) as prioridades regionais não são totalmente prejudicadas pelo POC, pois os agentes possuem um nível de alçada que lhes permite conceder financiamento sem consultar o BNDE. Apenas acima desse nível pode haver conflitos; por exemplo: determinado empreendimento se reveste de importância para o Estado, mas não é prioritário nacionalmente, dada a existência de capacidade ociosa no setor;
- f) não se pode separar o problema da pequena e média empresa do conjunto de uma estratégia industrial, comercial, agrícola etc; provavelmente, uma das linhas de viabilidade da pequena empresa é sua conexão com a grande, como fornecedora ou qualquer outro meio; assim, um organismo que apóia os grandes complexos produtivos deve incluir entre suas preocupações as unidades derivadas;
- g) a pequena ou média empresa que está submetida à grande localiza-se, sobretudo, no setor metal-mecânico paulista; aí, o BNDE pode resolver o problema. As outras pequenas e médias estão nos ramos tradicionais e têm sofrido uma taxa de modernização significativa. Elas modernizam equipamento com uma violência tal que, primeiro, despedem mão-de-obra; segundo, passam a ter uma grande necessidade de capital e; terceiro, começam a concorrer desmedidamente e a margem de lucro cai. Há também o problema das plantas localizadas a nível de mercado regional; se não houver um sistema financeiro que as proteja, a tomada dessas plantas, através do "take over" será automática, em períodos de recessão;
- h) é preciso que haja uma coordenação central, em termos de política de financiamento à pequena e média empresa e, provavelmente, em ter-

mos de apropriação de recursos, em função de prioridades nacionais; porém é indispensável o vínculo aos problemas regionais, mediante delegação aos organismos repassadores. Não deve haver um órgão especializado para essas empresas; cabe ao BNDE considerá-las dentro do painel geral de uma política industrial e comercial. A aplicação deve ser descentralizada ao máximo, permanecendo o processo no BNDE;

- i) o apoio à pequena e média empresa não se faz exclusivamente através do BNDE. Há uma frente muito grande de apoio. Por outro lado, nessas unidades o problema é mais de giro do que propriamente de investimento. Assim, deve ser mantida a posição fundamental de que mediante a descentralização pode variar de natureza conforme o destinatário, o usuário e o programa. No POC, a descentralização pode ser efetuada de maneira mais vigorosa. Por outro lado, preconizar a adoção de um outro mecanismo central, equivale às pequenas e médias empresas abrirem mão do que dispõem em troca de nada;
- j) em certa ocasião, o romantismo cooperativista levantou a bandeira de órgão próprio de financiamento às cooperativas; e a consequência foi deixá-las na orfandade, a partir da criação do BNCC, que resultou em uma ilusão.

XV - Ação Regional

Também neste item não se chegou a um consenso, constatando-se posições como:

- a) os mecanismos de fomento regional adotados pelo BNDE são adequados

e o incremento dos recursos aplicados nas regiões menos desenvolvidas, nos últimos 10 anos, foi significativo;

- b) o desenvolvimento regional não deve constituir preocupação central do BNDE; seu apoio deve dirigir-se a investimentos prioritários ao desenvolvimento nacional, qualquer que seja sua localização; as preocupações regionais são da maior importância, mas escapam à ação do Banco;
- c) os mecanismos de fomento regional adotados pelo BNDE são insatisfatórios; deveriam ser intensificados;
- d) a prioridade dos investimentos deve ser estabelecida segundo critérios nacionais, independentemente da região. A ênfase regional correta se traduz em termos de mecanismos e instrumentos de diferenciação, tais como taxa de juros, prazo, garantia, "del credere" etc;
- e) o fomento regional pode ser exercido através de medidas destinadas a descentralizar as decisões, atribuindo maior autonomia aos agentes repassadores.

Conforme observação de um dos participantes, a crise da política regional brasileira reside, em parte, na premissa usual de que o programa regional é um fato isolado dos grandes projetos nacionais e do esforço de desenvolvimento nacional. É preciso assumir centralmente uma consciência de política regional, para que essa política seja eficiente; do contrário, ela se fará apenas em benefício dos Estados que podem "dar murros na mesa". Aqueles desprovidos de patrocínio político para manejar decisões centrais poderão ter seus programas preteridos, mesmo quando dispõem de potencial econômico.

É indispensável compatibilizar a programação regional com os objetivos nacionais; mas, para que isso ocorra, toda a política nacional, traduzida em termos de grandes projetos, de instrumentos financeiros, de

políticas setoriais, de investimentos em infraestrutura etc, deve inspirar-se também em objetivos regionais que sejam válidos sob a ótica de uma formulação espacial da política nacional de desenvolvimento.

ENDEREÇOS

BNDE

Av. Rio Branco, 53
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
Endereço Telegráfico: BADEC
Telex 02122466

Representação no Distrito Federal

Setor Bancário Sul – Conj. 1 – bl. E/13º and.
70.000 – Brasília – DF
Telex 061190

Representação em São Paulo

Av. São Luiz, 50 – 25º and. conj. 251 A/C
01046 – São Paulo – SP
Telex 01121045

Representação no Nordeste

Rua Riachuelo, 105 – 7º andar
50.000 – Recife – PE
Telex 0811294

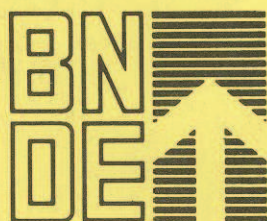
Representação em Washington

Columbia 5-9880
307 – Whitehaven Street N.W.
Washington D.C. 20008
USA

1

JANEIRO/JUNHO
1978

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



25
ANOS